



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SÉRGIO ROBERTO GOUVÊA LOPES

**OS PADRÕES DE COMPORTAMENTO ENTRE AS TEORIAS DE GEOPOLÍTICA
ANGLO-SAXÔNICAS E A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA A
UNIÃO SOVIÉTICA DURANTE A GUERRA FRIA À LUZ DO NEO-
EURASIANISMO**

Florianópolis

2016

Sérgio Roberto Gouvêa Lopes

**OS PADRÕES DE COMPORTAMENTO ENTRE AS TEORIAS DE GEOPOLÍTICA
ANGLO-SAXÔNICAS E A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA A
UNIÃO SOVIÉTICA DURANTE A GUERRA FRIA À LUZ DO NEO-
EURASIANISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques.

Florianópolis

2016

SÉRGIO ROBERTO GOUVÊA LOPES

**OS PADRÕES DE COMPORTAMENTO ENTRE AS TEORIAS DE GEOPOLÍTICA
ANGLO-SAXÔNICAS E A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA A
UNIÃO SOVIÉTICA DURANTE A GUERRA FRIA À LUZ DO NEO-
EURASIANISMO**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 ao aluno Sérgio Roberto Gouvêa Lopes na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 01 de Dezembro de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Helton Ricardo Ouriques.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Fred Leite Siqueira Campos.

Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti.

Universidade Federal de Santa Catarina

Ao meu avô, Onofre José de Gouvêa, de quem me despedi quando sai de casa e a quem não poderei abraçar quando retornar.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Virgem Santíssima, por terem me guardado e auxiliado durante toda a minha vida.

Aos meus pais, Sérgio e Josiane, sem os quais eu não teria tido condições psicológicas e materiais de completar essa etapa.

Ao meu orientador, Helton Ricardo Ouriques, pelo suporte durante a elaboração desse trabalho.

Ao Professor Daniel Castelan, que primeiro me auxiliou a fixar os parâmetros do projeto dessa pesquisa.

Ao Professor Fred Leite Siqueira Campos pelo apoio às diversas pesquisas relacionadas à Rússia através do Grupo de Estudos Sobre a Rússia (PRORUS-UFSC).

Ao meu amigo Luiz Guilherme, vulgo, “Índio”, pela ajuda com metodologia.

A todos os meus amigos de Poços de Caldas e de Florianópolis, por terem sempre estado ao meu lado.

E a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a minha formação, minha eterna gratidão.

“Que a Rússia seja capaz de realizar o seu sonho de um império universal, é uma eventualidade, mas não uma certeza; em compensação, é óbvio que pode conquistar e anexar toda a Europa, e mesmo que o fará, nem que seja para tranquilizar o resto do mundo... Ela se satisfaz com tão pouco! Onde encontrar prova mais convincente de modéstia, de moderação? Um pedacinho de continente!”

(Emil Cioran).

RESUMO

O presente trabalho tem como tema os padrões de comportamento entre as teorias de geopolítica anglo-saxônicas e a política externa dos Estados Unidos para a União Soviética durante o período da Guerra Fria. O questionamento inicial é acerca da própria existência desses padrões e, caso existam, quais seriam. Trabalhamos, então, de forma a traçar essas possíveis semelhanças através da revisão das teorias geopolíticas e dos documentos de política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Após isso, traçaremos os paralelos em seus padrões de comportamento. Então, analisaremos os achados à luz da teoria geopolítica do Neo-Eurasianismo e de sua hipótese de que a causa da Guerra Fria teria sido fundamentalmente a oposição geopolítica entre os Estados Unidos (potência marítima) e a União Soviética (potência terrestre). Para a consecução de nossa pesquisa será utilizado o método analítico, que seguirá o tipo de pesquisa documental e bibliográfica. Finalizado nosso trabalho, concluiremos que a teoria Neo-Eurasiana é defensável cientificamente, devido à sua forte verificação na realidade dos fatos e nos dados analisados comparativamente.

Palavras-chave: Geopolítica. Guerra Fria. Estados Unidos. União Soviética. Neo-Eurasianismo

ABSTRACT

The theme of this work is the pattern of behavior between the Anglo-Saxon theories of geopolitics and the Foreign Policy of the United States for the Soviet Union during the period of the Cold War. The initial question examines the very existence of these patterns and, if they do exist, which are they. Thus we work in a way to trace these possible resemblances through the review of the geopolitical theories and the foreign policy documents of the United States during the Cold War. After that we will trace the parallels in their patterns of behavior. We then analyze the findings through the lens of the Neo-Eurasian theory and its hypothesis that main cause of the Cold War was the fundamental opposition between the United States (sea power) and the Soviet Union (land power). For the procurement of our research we will use the analytical method that will follow the type of documental and bibliographic research. That finished, we will conclude that the theory of Neo-Eurasianism is scientifically defensible, verified in the reality of the facts and the comparatively analyzed data.

Keywords: Geopolitics. Cold War. United States. Soviet Union. Neo-Eurasianism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. AS TEORIAS GEOPOLÍTICAS ANGLO-SAXÔNICAS	15
2.1. Definições preliminares.....	15
2.2. Os geopolitólogos	17
2.2.1. <i>Alfred Thayer Mahan</i>	17
2.2.2. <i>Halford John Mackinder</i>	20
2.2.3. <i>Isaiah Bowman</i>	23
2.2.4. <i>Nicholas Spykman</i>	26
3. A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS NA GUERRA FRIA	33
3.1. Apresentação	33
3.2. A Report to the National Security Council – NSC 68	33
3.3. The Sources of Soviet Conduct	36
3.4. Henry Kissinger - <i>White House Years: 1968-1972</i>	37
3.5. Zbigniew Brzezinski	42
3.5.1. <i>Between Two Ages: America’s Role in the Technetronic Era</i>	43
3.5.2. <i>The Grand Chessboard: America’s Primacy and Its Geostrategic Imperatives</i>	46
4. AS SEMELHANÇAS ENTRE AS TEORIAS DE GEOPOLÍTICA E A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS DURANTE A GUERRA FRIA	49
5. ANÁLISE DAS SEMELHANÇAS À LUZ DO “NEO-EURASIANISMO”	53
5.1. O que é Neo-eurasianismo?	53
5.2. A geopolítica da União Soviética antes da Guerra Fria segundo o Neo-Eurasianismo	55
5.3. O Neo-Eurasianismo e a Guerra Fria.....	59
5.4. A Tese do Realpolitik ideologizado e a Tese da Bipolaridade como meio para a implantação de um governo global	63
6. CONCLUSÃO	65
BIBLIOGRAFIA	67

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho não tem por objetivo apenas descrever um punhado de teorias geopolíticas confeccionadas no fim do século XIX e durante o século XX; tampouco busca dar a última palavra no que concerne às linhas gerais da política externa dos Estados Unidos da América em relação à antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Senão que buscamos, com esta pesquisa, analisar os possíveis padrões de comportamento entre as supracitadas teorias e aquele conjunto de políticas levadas a cabo pelas autoridades governamentais dos EUA desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Sendo assim, serão descritas as mais relevantes teorias geopolíticas do mencionado período, assim como os principais documentos e escritos ligados tanto aos *decision makers* como aos *think tanks* dos EUA. Serão descritas as semelhanças entre ambos e analisadas à luz da corrente “Neo-Eurasiana” da geopolítica russa. Por fim, descreveremos as conclusões tiradas deste estudo e as possíveis ligações com pesquisas futuras.

Como explicitado acima, o tema de nossa pesquisa são, então, os padrões de comportamento entre a política externa americana em relação à Rússia desde o fim da Segunda Guerra Mundial e as Teorias Geopolíticas, analisadas à luz do “Neo-Eurasianismo”. Portanto, são objeto de pesquisa as teorias de geopolítica formuladas por acadêmicos e militares da Inglaterra e dos Estados Unidos durante os séculos XIX e XX que se enxergam como “potências marítimas” e têm, por adversários, as chamadas “potências terrestres”.

Em 1904, Sir Halford Mackinder, geógrafo britânico, apresentou o ensaio "O Pivô Geográfico da História", lançando as bases teóricas da geopolítica que seriam usadas nas estratégias da Coroa Britânica (potência marítima) contra o Império Russo (potência terrestre). Além disso, geógrafos norte-americanos, fundamentados nas teorias geopolíticas de Mackinder, fundaram, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, uma escola geopolítica própria aos Estados Unidos. Entre outras proposições, estes geógrafos postulam a necessidade de que os EUA exerçam papel chave na reconfiguração europeia do pós-guerra, especialmente na Europa centro-oriental, região de interesse primordial para a União Soviética (COSTA, 2010).

Os principais formuladores da política externa dos Estados Unidos durante os últimos anos da Segunda Guerra Mundial e posteriormente na Guerra Fria, estipularam diretrizes gerais e específicas para a ação do seu país no cenário do pós-Guerra. Dentre esses cenários, o mais primordial, o centro gravitacional em torno do qual giravam todos os demais era a relação com a União Soviética. Convencionou-se entre os estudiosos do tema chamar de

“estratégia de contenção” o conjunto de políticas e ações levadas a cabo pelos Estados Unidos contra a potência socialista. Esse agregado de políticas seria guiado principalmente pelo artigo “*The Sources of Soviet Conduct*”, escrito pelo diplomata estadunidense George Kennan, em 1947 e pelo documento “NSC-68” redigido pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos em 1950.

Com o fim da Guerra Fria e da bipolaridade no sistema internacional, esse conjunto de estratégias e políticas teve continuidade e, apesar da mudança de cenário, sua lógica essencial parece não ter mudado. As disposições táticas e as diretrizes de política externa dos Estados Unidos para a Europa Oriental e países da extinta União Soviética possuem traços semelhantes àqueles da antiga “estratégia de contenção”, dessa vez tendo como alvo a Federação Russa. Apesar da mudança sistêmica, a política externa dos Estados Unidos naquela região demonstra profunda semelhança com as teorizações geopolíticas do período anterior (DUGIN,2014a).

Tal narrativa é defendida, sobretudo, pela contemporânea teoria geopolítica russa do “Neo-Eurasianismo” e, em especial, nos escritos de seu mais proeminente teórico, Alexander Dugin. Analisar-se-ão as semelhanças entre as teorias geopolíticas anglo-saxãs e a política externa norte-americana durante a Guerra Fria à luz dessa teoria geopolítica russa devido à sua grande proeminência na atual Federação Russa, primordialmente nas estratégias da política externa daquele país (CLOVER,2016).

Temos como objetivo dessa pesquisa, então, analisar os padrões de comportamento entre as teorias geopolíticas formuladas por intelectuais e *think tanks* anglo-saxônicos e os documentos da política externa concreta dos Estados Unidos para a União Soviética desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o fim da Guerra Fria. E, como objetivos específicos: descrever de forma cronológica as principais teorias geopolíticas anglo-saxônicas; descrever os documentos da política externa dos EUA para a União Soviética; analisar as possíveis semelhanças entre teorias e documentos à luz da teoria do “Neo-Eurasianismo” e contribuir na ampliação dos argumentos das vertentes analíticas que postulam a proeminência das teorias geopolíticas na formulação de política externa dos Estados Unidos ou para o enfraquecimento dessas hipóteses.

Embora a geopolítica tenha por muito tempo sido estigmatizada dentro e fora da academia como “ciência nazista” ou “militarista”, desde o fim da Guerra Fria ela vem retomando espaço e sendo foco de grande atenção nos mais variados países (COSTA,2010). Apesar disso,

Os novos argumentos contra a geopolítica produzidos geralmente a partir da filosofia pós-moderna francesa e da sociologia aplicada estadunidense, e prontamente aceitos pelos geógrafos brasileiros, vêm envoltos em bandeiras sociais progressistas, quando na prática gestam a passividade social diante do "Grande Jogo Internacional" (ALBUQUERQUE,2010).

No entanto, a geopolítica insiste em crescer e tomar espaço, principalmente no centro hegemônico, os Estados Unidos da América. Isso tem sido demonstrado pelas diversas intervenções militares levadas a cabo por aquele país nas últimas duas décadas. Assim como pelo ressurgimento da Rússia como potência regional e da China como grande concorrente à hegemonia norte-americana (ALBUQUERQUE,2010). Enfim, o aparente ocaso da geopolítica não poderia ter sido menos verdadeiro, já que:

Se a geopolítica é a inteligência do poder político, ela poderia ser também interpretada como a razão de Estado, a licença que o ente político usaria para buscar os objetivos prementes da segurança nacional e internacional, sempre tendo em vista a premissa de que, entre as esferas interna e externa, a linha divisória é tênue, no que tange ao equilíbrio político e econômico. Razão de Estado, ou inteligência, ligada ao espaço à geopolítica, deve ser intimamente relacionada ao planejamento estratégico. [...] Geopolítica e planejamento estratégico formam a combinação que, conceitualmente, prepara o Estado para se manter da melhor forma possível no sistema internacional, cuja marca é a desigualdade de poder entre as unidades (HAGE, 2016).

Aliado a isso, cabe ressaltar que a expansão da OTAN pelo Leste Europeu durante a década de noventa e a primeira década dos anos dois mil, as revoluções coloridas na Ucrânia e na Geórgia naquela mesma década, assim como o recente golpe de Estado levado a cabo na Ucrânia, no chamado “*Euromaidan*”, não nos permitem deixar de pensar na secular teoria geopolítica de Mackinder e seu eterno conflito entre a “potência marítima” e a potência terrestre” (DUGIN, 2014a).

Ao contrário do que muitos haviam apostado ao fim da Guerra Fria e com o Colapso da União Soviética, a humanidade parece não ter atingido o “Fim da História” previsto por Fukuyama (1992). A própria Federação Russa, após uma década de caos e tormenta retomou seu crescimento e fez lembrar ao mundo que a União Soviética não havia sido *militarmente* derrotada e que, como sua sucessora, ainda dispunha de poderosíssimas Forças Armadas. Neste contexto, a Rússia reaqueceu sua economia com os recursos provindos da exploração dos combustíveis fósseis, principal motivo de conflitos geopolíticos nas duas últimas décadas e voltou ao *Big Game* pelo controle do *heartland* (BANDEIRA, 2009).

Devido a todos esses pontos, parece fazer-se urgente o retorno ao estudo da geopolítica em geral e dos seus desdobramentos nas relações EUA-Rússia em particular. A

análise das políticas norte-americanas em relação à extinta União Soviética aparentam ser de grande utilidade para que se entendam as relações internacionais contemporâneas.

Nossa linha de pesquisa irá debater principalmente com três interpretações dos motivos da Guerra Fria. A primeira delas, que por nós será criticada, é defendida por Eric Hobsbawn (1997) em seu livro “A Era dos Extremos”, postula que a Guerra Fria nada foi além de um período de *Realpolitik* ideologizado. Se de um lado estava a frágil União Soviética, que sofrera pesadas perdas materiais e humanas durante a Segunda Guerra Mundial, de outro estava o poderoso Estados Unidos da América, maior potência industrial e econômica do mundo, praticamente inatingido pela conflagração global.

Nesse modelo, a União Soviética se empenhava em consolidar sua área de influência e afastar o perigo de ser subjugada pelo adversário americano. Os Estados Unidos, por outro lado, empreendia seus esforços de modo a afirmar sua hegemonia global e “conter” a União Soviética, impedindo que ela alargasse sua influência. Nesse conflito marcadamente Realista, o embate ideológico teria servido apenas de roupagem para justificar junto às populações sob tutela das duas superpotências, as atitudes tomadas para que cada uma atingisse seus objetivos.

A segunda interpretação acerca dos motivos da Guerra Fria com a qual vamos debater e que vamos criticar, é bastante heterodoxa e propõe que os destinos do mundo vêm sendo traçados por centros semiocultos de poder a partir de *think tanks* como o *Council on Foreign Relations* (CFR) de Nova Iorque, o *Royal Institute of International Affairs* (RIIA) de Londres, dentre outros. Essa “elite global” teria por objetivo a criação de um governo mundial sob seu controle; a sistemática erosão das estruturas de todos os Estados Nacionais soberanos; a padronização sociocultural e erosão dos valores tradicionais; a imposição de um sistema financeiro e monetário globalizado e a administração de um sistema de guerra global que mantenha a coesão das massas através do medo permanente de algum inimigo, real ou imaginário (SALBUCHI, 2005).

Desse modo, o Ocidente, capitaneado pelos Estados Unidos e ocultamente dirigido por essas “elites globalistas”, teria possibilitado que a bipolaridade se formasse para que, durante sua existência e, por meio da “contenção” da União Soviética, suas estruturas políticas e econômicas se tornassem globais (SALBUCHI, 2010). Segundo os proponentes dessa visão, a União Soviética teria sido quase que voluntariamente desmontada por essas mesmas elites uma vez que seus projetos já tivessem alcançado seus objetivos, tendo os próprios dirigentes soviéticos concordado para tal (DUGIN, 2014b).

A terceira interpretação acerca das causas da Guerra Fria com quem vamos dialogar é a posição teórica do “Neo-Eurasianismo” russo. Essa escola pretende explicar o desenrolar da Guerra Fria, a “estratégia de contenção” e a política externa dos EUA em relação à Rússia devido a uma determinada “metafísica da história”, na qual sempre existiram as chamadas potências terrestres e marítimas e que, devido aos seus modos de vida e visão de mundo incompatíveis, estão fadadas a se digladiarem no decorrer da história (DUGIN, 2012). Juntamente com essa suposta “metafísica da história”, os proponentes dessa escola combinam aspectos da Geopolítica Clássica de Mackinder e Haushofer. Para eles, a União Soviética ao fim da Segunda Guerra Mundial não apenas representa a potência terrestre, como também o *Heartland* mackinderiano, que seria a chave do poder global. Dessa forma, a Guerra Fria teria decorrido de uma combinação desse “conflito insuperável” com a busca de poder geopolítico. Nos diz Dugin (2014b) a esse respeito:

Entre 4 e 11 de fevereiro de 1945 decorreu a Conferência de Ialta entre Stalin, Churchill e Roosevelt na qual foram debatidos os princípios basilares da política pós-guerra e se fixou formalmente a estruturação do mundo bipolar. Churchill e Roosevelt representavam o mundo anglo-saxão, o eixo americano-inglês que se tornou num centro estratégico unificado, o seio da sociedade atlântica e talassocrática. Stalin por si só falou em nome da URSS como um grande império euroasiático global. Esta ordem mundial bipolar recebeu o nome de Mundo de Ialta. Dum ponto de vista geopolítico, tal significou o estabelecimento de um equilíbrio planetário entre a talassocracia global e capitalista do Ocidente e a igualmente global telurocracia do Leste comunista, que se estendia muito para lá dos limites da URSS.

Para a consecução desta proposta, nos utilizaremos do método analítico, que seguirá o tipo de pesquisa documental e bibliográfica. Sendo assim, dentro desses parâmetros, a pesquisa será organizada de forma para que, no segundo capítulo seja feita uma revisão de literatura das principais teorias de geopolítica anglo-saxãs; no terceiro capítulo seja efetuada uma revisão de literatura acerca de alguns dos principais documentos de política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria; no quarto, traçar os possíveis paralelos encontrados entre as teorias de geopolítica e os documentos de política externa e, no quinto, analisar as semelhanças encontradas à luz da teoria do “Neo-Eurasianismo”.

2. AS TEORIAS GEOPOLÍTICAS ANGLO-SAXÔNICAS

2.1. Definições preliminares

Antes de iniciarmos a revisão das teorias geopolíticas anglo-saxônicas propriamente ditas, objetivo central do segundo capítulo desse trabalho, devemos nos ocupar da conceituação de alguns termos básicos para o correto entendimento desta pesquisa. Ausente o esclarecimento acerca do que buscamos trabalhar, corremos o risco de não nos fazer entender ao leitor ou, ainda, pecarmos na clareza sobre qual é nosso objeto de estudo e, desse modo, tornar inócuo nosso objetivo. Portanto, o que, afinal, é a Geopolítica? Quais são seus objetivos? Quem foram seus fundadores?

Partiremos da mais básica das três perguntas, “Quem foram seus fundadores”? Alexander Dugin (2013), é da opinião que, apesar do termo “Geopolítica” ter sido inicialmente cunhado por Rudolf Kjellen (1864-1922), e por ele traçados os primeiros entendimentos acerca dessa matéria, foi Sir Halford Mackinder quem lançou as bases essenciais deste campo, usadas por todos teóricos posteriores. Wanderley Messias da Costa (2010) atribuirá também a Friedrich Ratzel (1844-1904) e a Camille Vallaux (1870-1945) o papel de co-fundadores da geopolítica, através dos seus trabalhos em Geografia Política. Interessante notar que, excetuado Vallaux, todos os outros estavam direta ou indiretamente a serviço de seus países no que tange à elaboração de estratégias para o aumento do poder daqueles Estados Nacionais..

Sendo assim, iniciaremos com a conceituação de três autores de diferentes países acerca de como pode ser definido o que é geopolítica. São eles, nomeadamente, Wanderley Messias da Costa, brasileiro; Nicholas Spykman, americano e Alexander Dugin, russo. Optamos por essa diferenciação entre países de origem dos três teóricos aqui expostos por dois motivos fundamentais sendo que, (1) dada à própria natureza da Geopolítica em estudar a relação entre espaço geográfico e sua influência na política, parece razoável que verifiquemos se há mudança discursiva essencial entre autores de países tão diferentes e, (2), pelo fato de que nosso trabalho, feito no Brasil e por um brasileiro, assim como Wanderley da Costa, estudará fundamentalmente as relações entre Estados Unidos e Rússia, países de onde vêm os outros dois teóricos, respectivamente.

Finalmente, Wanderley Messias da Costa, em seu manual de 2010, “Geografia Política e Geopolítica”, sugere que, para abarcarmos no estudos das teorias de geopolítica, é necessário aceitar alguns pressupostos de que existem, de fato, relações entre os processos

sociais e o espaços nos quais eles ocorrem. Ainda segundo ele, para que isso aconteça, é necessário aceitar que todas as sociedades humanas organizadas com fins políticos, comunitários e produtivos, exercem alguma relação com o espaço geográfico, não restringindo essas relações ao nível do Estado Moderno. Diz-nos ele, então, sobre a Geopolítica:

Como ideia geral e preliminar pode-se afirmar, portanto, que toda sociedade que delimita um espaço de vivência e produção, delimita ao mesmo tempo um espaço político, uma dada projeção territorializada das suas relações econômicas, sociais, culturais e políticas. [...] o que importa ressaltar é que a relação espaço/poder é relação social por excelência [...].

Nicholas Spykman, em seu artigo “*Geography and Foreign Policy*”, de 1938, abordará o tema de maneira ligeiramente diferente, dando maior ênfase à esfera Estatal da geopolítica. Nesse artigo ele analisará a influência do posicionamento geográfico dos países em sua política externa, partindo do princípio de que a geografia é a mais constante variável na equação de poder de um Estado e que, é a partir daquela realidade territorial que ele irá operar nos tempos de guerra ou se estruturar nos tempos de paz. Nessa perspectiva, ele afirma que as realidades geográficas às quais está relegado um Estado são “relativamente estáveis e imutáveis”¹, além de que “as demandas geográficas desses Estados se manterão as mesmas por séculos”². Desse modo, a geopolítica seria o fator fundamental que condiciona as políticas dos Estados no sistema internacional.

O geopolitólogo russo, Alexander Dugin, define o que é geopolítica em termos bastante parecidos com os outros dois. Tanto em seu ensaio “A Grande Guerra dos Continentes”, de 1992, quanto em seu “A Geopolítica da Rússia Contemporânea”, de 2014b, ele argumenta favoravelmente à ideia de que a geopolítica é a análise das realidades quase imutáveis entre uma dada população socialmente organizada e seu entorno geográfico. A grande diferença entre esse teórico e os seus congêneres do Brasil e dos Estados Unidos, é que Dugin propõe que, não apenas existe essa relação, como que ela é um dos fatores que definem o “*ethos*” da civilização situada naquela região geográfica. Haveriam, então, dois tipos de civilizações, as “terrestres” ou “telurocráticas” e as “marítimas” ou “talassocráticas” e que:

Dependendo de qual atitude seja aderida pela consciência histórica dos diversos Estados, povos e nações (“terrestre” ou “marítima”), a sua política externa e doméstica, sua psicologia, sua visão-de-mundo são formadas de acordo com regras

¹ “*relatively unchanging and unchangeable*” (Spykman, 1938, tradução nossa)

² “*the geographic demands of those states will remain the same for centuries*” (Spykman, 1938, tradução nossa)

completamente estabelecidas. Devido a este fato, é bem possível falar de uma visão-de-mundo “terrestre”, “continental”, ou até mesmo da “estepe” (a “estepe” é a “terra” no seu tipo puro, ideal), e sobre uma visão-de-mundo “marítima”, “insular”, “oceânica” ou “aquática” (DUGIN, 2013, tradução nossa)³.

Após essas elucidações, tendo respondido à primeira e à terceira pergunta que nos propomos inicialmente, podemos então responder também a terceira pergunta, “quais são seus objetivos?”. Por ser uma resposta demasiado próxima ao próprio conceito de geopolítica, nos limitaremos a dizer que, de acordo com as teorizações dos três autores acima, a “Geopolítica” tem como objetivo o estudo das relações entre as organizações sociais e seu entorno geográfico, assim como utilizar esses objetivos na consecução do aumento do poder do Estado ao qual ela pertence. Daremos prosseguimento, então, aos mais proeminentes autores anglo-saxões da geopolítica e seus trabalhos.

2.2. Os geopolitólogos

Nessa sessão discorreremos brevemente sobre os mais proeminentes autores geopolíticos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Iniciaremos com os escritos do Almirante A.T. Mahan, passando pelo trabalho do geógrafo britânico Halford Mackinder, prosseguindo aos escritos do também geógrafo, o americano Isaiah Bowman e, finalmente, discorreremos acerca das teorias do geoestrategista americano Nicholas Spykman.

2.2.1. Alfred Thayer Mahan

O Almirante A.T. Mahan é provavelmente um dos primeiros intelectuais a postularem a necessidade para os Estados Unidos em se tornarem uma potência marítima e delineia estratégias para tal em diversas obras, sendo a mais importante delas “*The Interest of America in Sea Power, Present and Future*”. Se Mackinder é o “pai da geopolítica” geral, como afirma Dugin (2013), Mahan pode ser considerado como o “pai da geopolítica marítima estadunidense” (COSTA,2010).

Devido à importância pioneira desse trabalho é que iniciaremos com uma breve resenha do supracitado trabalho, “*The Interest of America in Sea Power, Present and Future*”.

³ “Depending on what attitude (“overland” or “maritime”) the diverse states, peoples, nations, their historical consciousness adhere to, their foreign and domestic policy, their psychology, their world-view are shaped according to completely definite rules. Given such feature, it is quite possible to speak about an “overland”, “continental” or even “steppe” (“steppe” is “land” in its pure, ideal kind) world-view and about a “maritime”, “insular”, “oceanic” or “aquatic” world-view.” (DUGIN,2013)

Não nos prenderemos demasiado nos detalhes metodológicos, senão que na lógica do poder Estatal sobre a qual os argumentos estão baseados. O Almirante começa, portanto, salientando o caráter “excepcional” das nações irmãs, Estados Unidos e Grã-Bretanha. Salienta que em todos os aspectos morais e civilizatórios elas estão unidas, afirma que o “caráter nacional” dos EUA, apesar da imigração de diferentes povos para aquele país, continua “essencialmente britânico”, imbuídos com os ideais da lei e do Direito. Ele prossegue em afirmar que, assim como Roma havia incorporado e civilizado outros povos, os Estados Unidos eram, agora, o herdeiro dessa missão, relegado a eles pela Grã-Bretanha. Esclarece-nos o Almirante acerca dessa questão:

De todos os elementos da civilização que se espalhou pela Europa e pela América, nenhum é tão potencialmente bom quanto a combinação singular de dois fatores essenciais, porém opostos – da liberdade individual sujeita à lei – que encontra o seu mais vigoroso exemplo na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos [...] (p.39, tradução nossa)⁴

Mahan prossegue em seu argumento de que seu país forma uma civilização comum com a Grã-Bretanha, chamando atenção ao fato de que tanto as colônias de Sua Majestade no Pacífico, assim como a porção Oeste dos Estados Unidos sentiam instintivamente a ameaça das “hordas” provenientes da Ásia Central e do Norte que, não apenas na direção da Europa poderiam se jogar agressivamente, mas também ao Oceano Pacífico. Sendo assim, a posição privilegiada dos Estados Unidos o tornaria a primeira barreira de defesa da “civilização” e, apenas com um robusto poder marítimo naquele país seria possível fazer daquele oceano a base de operações do “Mundo Civilizado”.

Após essas considerações de caráter civilizacional e também sobre a “ameaça asiática” contra a qual as potências anglo-saxãs devem se defender, Mahan passa para a análise da importância do poder marítimo em sua totalidade, considerando-o, inclusive, muito superior ao “poder terrestre” e suas “pequenas preocupações”. Segundo ele, O controle dos mares através do comércio e da supremacia naval são o fator primordial para que um determinado país garanta a supremacia de sua influência no mundo. Em sua opinião, apesar das riquezas produzidas na terra, é o mar o grande facilitador das trocas comerciais, por ser ele o meio de comunicação por excelência. Sendo assim, dificilmente ele será controlado por apenas um

⁴ “Of all the elements of the civilization that has spread over Europe and America, none is so potential for good as that singular combination of two essential but opposing factors—of individual freedom with subjection to law—which finds its most vigorous working in Great Britain and the United States [...]” (MAHAN, 1897)

país e, portanto, é necessário lutar pelo aumento da presença de uma dada nação sobre os oceanos.

O autor faz uma conexão entre suas proposições e a conhecida “Doutrina Monroe” (que postula a não-interferência dos Estados Unidos nos assuntos extra-americanos e explicita a expectativa daquele país em que as potências europeias se abstenham de interferir nos assuntos do nosso continente), mas sugerindo sua mudança quase que absoluta. Ele considera o “dogma da doutrina” deve ser visto não como imutável, mas como um conceito elástico e flexível, um “princípio vivo”, já que “[...] os interesses dos Estados Unidos [...] estão ligados com regiões do além-mar, que não fazem parte do nosso domínio político [...]”(p.56, tradução nossa)⁵. Ele vai mais longe ao afirmar que há situações imagináveis nas quais os EUA teriam de se envolver nessas regiões.

Aprofundando esse argumento, o Almirante Mahan postula que, se é verdade que os Estados Unidos possuem interesses em regiões do além-mar, é também real verdadeira a necessidade de uma Marinha para defender esses interesses. Sendo assim, a Marinha não apenas teria como objetivo a defesa do litoral, senão que também deveria se engajar numa guerra agressiva mas “de caráter moralmente defensivo”.

Após essas digressões acerca da necessidade de um forte poder naval, caso se queira proteger a influência comercial e que se possa ter como trunfo o envolvimento militar em partes distantes do globo, o autor retorna à comparação entre Estados Unidos e Grã-Bretanha. Ele diz, então, que o entendimento entre os dois países é excepcionalmente simples, já que ambas nações, de caráter comercialista, buscam a paz e não têm vocação para o militarismo. Não abandonando esse tom, Mahan afirma ser os Estados Unidos uma potência insular, assim como a Grã-Bretanha e, por isso, focado em ter uma grande Marinha e o domínio dos mares e não um grande exército. Ao afirmar que nunca na história do mundo houve um país com domínio tanto do poder terrestre quanto do poder marítimo, o Almirante nos diz que os Estados Unidos como “um poder insular [é] dependente, então, de uma Marinha” (p.75, tradução nossa)⁶.

É interessante notar que, após uma longa ode idealista aos valores anglo-saxões da liberdade individual, da lei, do Direito, do comércio e da paz, o Almirante Mahan assume uma postura muito mais Realista e afirma que, apesar de ansiar profundamente pela paz mundial,

⁵ “[...] *the interests of the United States [...] are bound up with regions beyond the sea, not part of our political domain [...]*” (MAHAN, 1897)

⁶ “*an insular power, [is], dependent therefore upon a navy*” (MAHAN, 1897)

não há ainda um “Tribunal Supranacional” capaz de manter a lei e a ordem no Sistema Internacional e que, conquanto a situação continue dessa maneira,

os homens estão muito aptos a se esquecerem que a lei é serva da equidade e que, enquanto o mundo estiver em seu presente estágio de desenvolvimento, a equidade que não puder ser assegurada pela lei, deverá ser assegurada pelo força, instância última na qual a lei descansa, não para a sua aprovação, mas para a sua eficácia (p.80, tradução nossa)⁷.

Após este reconhecimento da necessidade do uso da força na manutenção do cenário desejável à dada nação, A.T. Mahan passa à conclusão de seu influente trabalho se entregando à uma grande digressão acerca do embate entre a Civilização e a Barbárie, colocando os Estados Unidos como herdeiros de Roma e os povos do Oriente como novos bárbaros. Mahan alerta para o perigo de que o acesso de “nações bárbaras” à tecnologia e avanços militares ocidentais poderia ser potencialmente catastrófico, dado que eles não compartilhavam os “valores comuns da civilização ocidental” e que, um dia, os exércitos da Europa Continental poderiam ter de cessar as guerras entre si para “atender a um chamado mais nobre”, o de ser a “cidadela da civilização cristã”(p.94).

2.2.2. *Halford John Mackinder*

Como já mencionado anteriormente, H.J. Mackinder foi um influente geógrafo e político inglês, considerado por muitos como o fundador da Geopolítica. Ele leva esse título devido aos conceitos basilares dos quais ele se usa em seu mais famoso escrito, o artigo “*The Geographical Pivot of History*”, defendido diante da “*Royal Geographical Society*”, de Londres, em 1904. Apesar de ter posteriormente escrito sobre os temas tratados nesse artigo, nos focaremos apenas nesta análise, já que consideramos que as ideias mackinderianas essenciais já estão contidas no “Pivô Geográfico”.

Mackinder inicia seu artigo com uma breve reflexão acerca da realidade geográfica do início do Século XX. Ele afirma que aquele momento marcava o fim de uma Era iniciada com Cristóvão Colombo e as Grandes Navegações. Já se tinha conhecimento quase que total, naquele momento, sobre todas as terras do mundo e, se a Cristandade Medieval havia sido a civilização europeia se defendendo contra os influxos “bárbaros” de fora daquele continente,

⁷ “men are too apt to forget that law is the servant of equity, and that while the world is in its present stage of development equity which cannot be had by law must be had by force, upon which ultimately law rests, not for its sanction, but for its efficacy.” (MAHAN, 1897)

o mundo onde no qual ele escrevia era a de um sistema fechado, onde não havia *terra incognita* e tudo o que acontecesse, em qualquer parte, ecoaria no resto do mundo. Devido a este fato, ele argumenta que pela primeira vez na história nós poderíamos tentar traçar uma correlação entre grandes generalizações históricas e geográficas. Sendo assim, ele se propõe a descobrir as causas geográficas da história humana, objetivando o entendimento da política internacional e seus mecanismos.

Nessa linha de pensamento, Mackinder argumenta que foi da oposição a agressores externos que os países se uniram enquanto tal. No caso da Europa, ele afirma que ela se consolidara enquanto civilização em face das sucessivas tentativas de invasão vindas da Ásia. Para dar continuidade a esse pensamento, o geógrafo inglês argumenta que a Rússia ocupa naquele momento metade do continente Europeu, espaço esse permeado por planícies quase infundáveis mas que, no entanto, alguns séculos antes, os povos que vieram a formar a Rússia fixavam-se continuamente na porção norte daquele território, região gelada e florestal, enquanto que o sul das grandes planícies e temperatura amena no verão havia servido, do Século V ao XVI, como região de entrada das invasões de povos vindos da Ásia.

O argumento continua com a proposição de que os diversos povos da Europa teriam se unido e fundado suas nações com base no combate às invasões asiáticas. A luta contra hunos, ávaros, kazares, entre outros povos, teria sido o motivo da fundação de países como Inglaterra, França e Áustria. A Rússia, por sua vez, só viria a desenvolver-se como tal após dois séculos de jugo mongol e, enquanto isso, a Europa avançava. Se pelas pastagens entre o monte Ural e o Mar Cáspio vinham as hordas asiáticas, da Escandinávia vinham os vikings, penetrando o território Europeu pelos rios. Segundo Mackinder, essa dupla pressão externa fez com que os europeus desenvolvessem sua vitalidade.

Mackinder continua seu argumento ao delimitar os limites do que seria a grande massa territorial da Eurásia. Ao sul, o Saara e os desertos da Arábia, a leste, o Tibete e sua quase impenetrável defesa natural, ao norte, o gelo polar. No fim, uma imensa massa de terra cercada pelo gelo ao norte e pelo mar em todas as outras direções. No centro de tudo isso, nas áridas planícies da Ásia Central, no chamado *Heartland* saíram durante séculos os cavaleiros que subjugaron povos na Europa e no Oriente Médio. O autor enfatiza o grande potencial de poder para a civilização que ocupar o *heartland* devido ao fato de que ele está fora de alcance de qualquer poder marítimo.

A resposta europeia a essa superioridade de movimentação dos povos das planícies veio, segundo Mackinder, pela circunscrição da massa de terra eurásiana pelo poder marítimo dos descobrimentos. Ao fundar sucursais da civilização europeia em continentes distantes da

massa eurásiana, os europeus fizeram com o *heartland* o que a Grã-Bretanha e a Escandinávia faziam com a Europa continental: cercaram-na. Segundo ele, Grã-Bretanha, Canadá, Estados Unidos, Austrália, África do Sul e Japão haviam formado um anel insular que possibilitava a ação do poder marítimo e do comércio sem que se desse acesso à Eurásia.

FIGURA 1 – The Natural Seats of Power



Fonte: Mackinder, 1904.

No entanto, o mesmo período que viu a completude da expansão europeia nos oceanos, viu também a conquista das estepes eurásianas pelos cossacos russos. Mackinder traça essa oposição até a falha dos Romanos em latinizarem os gregos. Se foram os romano-teutônicos que partiram para a conquista do mar, foram os gregos-eslavos que partiram para a conquista da terra. Então, para o autor, “o moderno poder terrestre difere do poder marítimo não menos na fonte de seus ideais do que nas condições materiais de sua mobilidade”⁸ (p.433, tradução nossa).

Para o inglês, a grande vantagem do poder terrestre sobre o marítimo se fez evidente com o advento da maria fumaça, do trem, dos deslocamentos terrestres de grandes distâncias

⁸ “the modern land-power differs from the sea-power no less in the source of its ideals than in the material conditions of its mobility” (MACKINDER, 1904)

em um período curto de tempo. Ele afirma que a quantidade imensa de riquezas naturais presente nas estepes, assim como a possibilidade de preencher o “*heartland*” com ferrovias, daria à Rússia uma possibilidade de comércio e deslocamento militar completamente inacessíveis às potências marítimas e que, num cenário global, ela ocuparia a mesma posição estratégica que a Alemanha ocupa na Europa. Mackinder diz ainda que, dado o fato de seu território possibilitar à Rússia que ela ataque ou seja atacada por todos os lados, nem uma revolução social faria mudar suas possibilidades geográficas.

Fora dessa área pivô, do *Heartland*, estaria o *inner crescent*, composto por Alemanha, Áustria, Turquia, Índia e China e o *outer crescent*, composto por Grã-Bretanha, África do Sul, Austrália, Japão, Estados Unidos e Canadá (FIGURA 1). Ele diz ainda que, naquele momento o estado pivô, a Rússia, ainda não era suficientemente forte como os estados em sua periferia. No entanto, caso a Rússia e a Alemanha forjassem uma aliança, eles contariam com o imenso poder terrestre, mas também com a capacidade de construir uma grande frota para lutar nos oceanos. Ali estaria a despontar um império mundial.

Mackinder fala, ainda, do surgimento dos Estados Unidos como grande potência capaz de alterar o balanço de poder europeu. Ele diz ainda que, se a política alemã mudasse de foco, da área pivô para a América do Sul, onde ela competiria com os EUA, haveria a possibilidade de se evitar esse grande império terrestre. Por fim, o autor fala da possibilidade de uma aliança entre China e Japão contra a Rússia que, caso lograsse êxito, formaria uma grande potência terrestre-marítima e seria extremamente perigosa para a “liberdade do Ocidente”.

2.2.3. *Isaiah Bowman*

O também geógrafo Isaiah Bowman foi um influente acadêmico norte-americano que escreveu um dos clássicos da geopolítica dos Estados Unidos, “*The New World: Problems in Political Geography*”, de 1921. Nesse livro ele buscava entender as questões geopolíticas globais do pós-Primeira Guerra Mundial. Por ser um livro muito extenso e que trata detalhadamente dos assuntos das mais diversas partes do globo, nos limitaremos a fazer uma breve revisão das análises referentes aos assuntos interconectados com nossa pesquisa.

Ainda quando está a delinear o panorama geral do mundo do pós Guerra, Bowman se foca, sobretudo, na Europa. Nessa perspectiva, ele trata de uma Rússia ainda unida em seus territórios históricos, a Rússia, a Rússia Branca (Bielorrússia) e a Pequena Rússia (Ucrânia). Nessa perspectiva, ele fala da tensão história e também presente naquele momento da fronteira russo-polonesa (Oeste ucraniano) e as tensões étnicas e religiosas, sendo que a

população daquele local era etnicamente polonesa e católica, mas fazia parte do Império Russo.

Não se distanciando da questão russa na sua análise geral, Bowman define aquele período como de complicações muito superiores a de quaisquer períodos precedentes. Para ele, as antigas fontes de conflito, as condições geográficas desiguais e os embates dinásticos, agora se agravavam pelo desejo generalizado de uma melhor condição de vida e uma insatisfação universal. Tais problemas teriam feito com que explodisse um movimento revolucionário internacionalista, sobretudo com os Bolcheviques russos, que estava a espalhar agentes para o exterior, inclusive para as democracias ocidentais.

Para Bowman, a Primeira Guerra Mundial não estourara apenas devido a eventos particulares, como o assassinato do Grão-Duque ou a invasão da Bélgica, mas também pelo desejo em controlar os centros de produção e meios de escoamento desses produtos, além dos grandes recursos naturais que impulsionavam o desenvolvimento industrial daquele período. O geógrafo estadunidense se mostra preocupado com a possibilidade de que todos esses recursos e infraestrutura caíssem sob o poder de homens ou nações sem escrúpulos e que eles os usassem para destruir não apenas materialmente o Ocidente, mas também sua liberdade política e religiosa.

Para evitar tais cenários e impressionado com a destruição da Guerra, Bowman sugere então que os países coloquem suas energias na cooperação. O autor elogia as instituições internacionais criadas no período e previamente, além de postular a necessidade de educar as próximas gerações segundo a influência de “alguns poucos homens sábios e visionários” e que possam desenvolver planos de cooperação para mitigar os motivos de embate entre os povos. No entanto, ele admite que são difíceis os degraus para que tal plano logre êxito e que, apenas a partir de experimentos nesse sentido se poderá chegar ao objetivo almejado.

Prosseguindo em sua análise, o autor indaga o fato de que o alto comando militar alemão ter favorecido e auxiliado os Bolcheviques na Rússia e que, devido à recriação do *Buffer-State* entre aquele país e a Rússia, após sua derrota militar para os aliados, seria provável que as trocas comerciais e a proximidade política entre o país germânico e o eslavo evoluiriam com grande intensidade. Ele nota ainda a existência de consideráveis populações germânicas vivendo em território russo e que, por influência dessas populações, haveria uma forte tendência da Alemanha voltar suas políticas para Leste, contrariando o sua orientação prévia para o Ocidente.

Bowman mantém o foco de sua análise, por hora, no leste europeu e consta que, se aproveitando da terrível situação social do cenário do pós-Guerra, agentes bolcheviques

havia incitado revolta em todos aqueles países. Na Hungria, os ‘vermelhos’ de Bela Kun haviam logrado êxito em derrubar o governo e se manter no poder por um breve período de tempo, quando também sofreram um golpe. Na Checoslováquia houve forte resistência da população contra os Bolcheviques mas, apesar disso, Bowman previa grande intercâmbio comercial e aproximação política entre aquele país e a Rússia, sobretudo, para que a Rússia não alargasse sua aliança com a Alemanha.

Quanto à situação polonesa, o autor a analisava como um povo eslavo de tendências anticidentais. Católicos que se opunham tanto à Rússia ortodoxa a leste quanto à Alemanha protestante a oeste. Para ele, caso a Polônia sucumbisse à pressão russa, ela se tornaria um posto avançado de propaganda comunista no centro da Europa. No entanto, ele também considerava que era do maior interesse dos países leste-europeus que a Rússia fosse dividida, principalmente com a separação de Bielorrússia e Ucrânia. Além disso, o autor postula que uma aliança entre Polônia e Romênia formaria um cordão de isolamento entre a Europa e a Rússia. Nessa época, a Grã-Bretanha assistia extasiada os avanços russos na Ásia Central e via com cautela as possibilidades de que mais países do leste europeu fossem anexados por aquele Império.

Quando trata propriamente da situação russa naquele momento, Bowman argumenta que apenas a generalizada ignorância do campesinato mantinha unida uma multiplicidade tão grande de crenças, etnias e línguas. Com o começo da industrialização e modernização daquele país, conflitos sociais e crises de toda sorte começaram a entrar em erupção pelo Império e, com a Revolução Bolchevique de 1917, as coisas pareceram ruir definitivamente. Os países bálticos, a Polônia e a Geórgia há muito queriam independência. Na Ucrânia havia também um forte movimento independentista que, caso tivesse sucesso, faria com que toda a Rússia ficasse dependente de seus recursos minerais, alimentícios e industriais, além da sua saída para o Mar Negro.

Bowman prevê também que a reorganização da Rússia só poderia se dar sob um governo autoritário que se valesse das tradicionais instituições daquele país. No entanto, era necessário também grandes aportes financeiros e industriais. Apesar disso, ele reconhece que os Aliados não aceitavam a ditadura Bolchevique e que as potências ocidentais se posicionaram de forma hostil ou, no máximo, neutra, em relação ao novo regime. Por este motivo, estabeleceram-se sanções contra aquele governo, impossibilitando a emissão de passaportes para quem estivesse viajando para ou da Rússia, além de limitar as transações bancárias e evitar ao máximo até as comunicações por correio ou telégrafo com aquele país.

Apesar da atitude hostil num primeiro momento, as posições dos países ocidentais em relação à Rússia estão em constante mudança naquele período. Bowman afirma que a própria Rússia age de forma ambígua frente ao Ocidente, mas o autor suspeita que ela estivesse apenas reagrupando suas forças para desencadear a batalha pela “Revolução Mundial”. A posição do Ocidente, por sua vez, se dá pelo medo das possíveis instabilidades que seriam trazidas pela separação dos territórios etnicamente não-russos do antigo Império Russo. Além disso, os países europeus esperavam também pelo possível surgimento de um governo democrático naquele país, o que, segundo eles, provavelmente acabaria com a luta entre a Rússia e a Grã-Bretanha pelo controle da Ásia Central.

Continuando sua análise geoestratégica da Europa no fim da Primeira Guerra Mundial, Isaiah Bowman postula que a contenda entre os países europeus pelo controle de Constantinopla não havia cessado. Se por um lado a Alemanha almejava controlar a cidade para através dela construir uma ferrovia até Bagdá, a Rússia almejava seu controle para ter acesso aos mares quentes. Um pouco ao norte da antiga Constantinopla, franceses e britânicos haviam acordado em dividir a região transcaucásia entre si, retirando-lhe da Rússia. Para tanto, armaram os separatistas ucranianos. O êxito não foi alcançado porque os próprios separatistas não quiseram se dobrar às demandas ocidentais.

Em direção à fronteira sul da Rússia, os países europeus apoiavam o movimento separatista da Geórgia e a Grã-Bretanha havia posicionado até tropas na região para auxiliar o movimento. A Alemanha, por sua vez, reconheceu a independência daquela região assim que ela foi proclamada. Apesar da pressão ocidental, a Rússia Soviética retomou aquele território militarmente. Nessa tríplice contenda pela Ásia Central, os três países lutavam pelo controle do Azerbaijão. Rússia e Alemanha pretendiam fazer uma ligação ferroviária entre a Pérsia e seus respectivos países, enquanto que a Grã-Bretanha buscava uma linha férrea da Índia até a Europa. Bowman menciona também que já nesse momento havia interesse pelo controle do petróleo dessa região.

Finalmente, a última região que trazia tensões entre Rússia e Grã-Bretanha, naquele momento, era a região do Turcomenistão e do Afeganistão. Se pelo lado russo o controle do Turcomenistão objetivava o acesso terrestre à China e à Índia, do lado britânico o controle do Afeganistão era importante precisamente para se contrapor ao avanço russo. Nessa equação da luta pela Ásia Central, surge, nesse momento, também o Japão. Esse país contrapõe-se à Rússia para que ela não assumisse influência definitiva sobre a China e a Coreia.

2.2.4. *Nicholas Spykman*

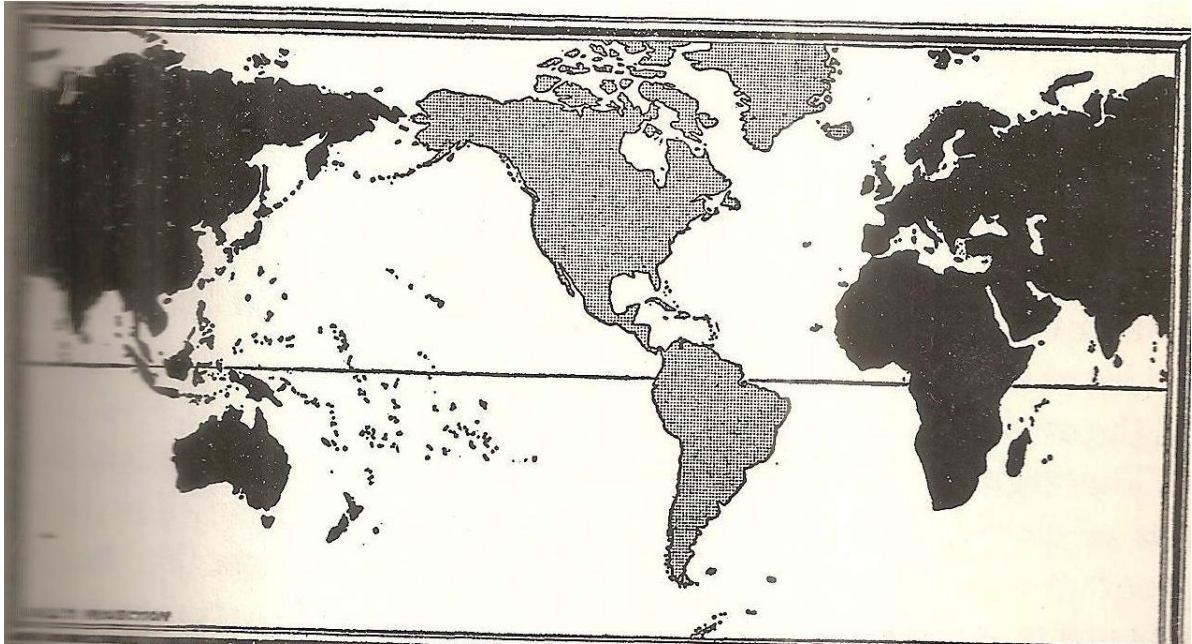
Nicholas Spykman foi um influente geopolitólogo e geoestrategista holandês-americano que tem em seu *magnum opus*, “*America’s Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power*”, de 1942, a análise dos cenários com os quais os Estados Unidos poderiam se deparar ao fim da Segunda Guerra Mundial. Assim como fizemos com o livro de Isaiah Bowman, por se tratar de uma análise ampla e detalhada de todas as áreas do globo, nos manteremos focados nas regiões de maior relevância para o presente trabalho.

Spykman iniciará seu estudo com uma digressão acerca do debate ainda presente nos Estados Unidos daquele momento sobre os rumos que a política externa daquele país deveria tomar. Havia ainda uma forte corrente isolacionista, herdeira da Doutrina Monroe, mas também se fazia presente com muita força a linha que defendia o intervencionismo norte-americano em todo o globo, especialmente na Europa e no cenário que lá se instalaria com o fim da conflagração mundial. Spykman, apesar de não ser político, pode ser enquadrado com maior proximidade nessa última tendência.

Como o próprio nome de seu livro revela, o geoestrategista se preocupa, sobretudo, com qual maneira de melhor manter a balança de poderes no continente europeu e no mundo de forma com que se configure uma situação favorável ao poderio norte-americano. Essa situação seria, a princípio, a ausência de hegemonias, favorecendo, assim, a construção da paz. Desse modo, ele parte do princípio já explicitado nessa pesquisa de que os governantes passam, mas a geografia é uma constante e, com ela, os problemas e potencialidades inerentes à situação geopolítica.

De um ponto de vista dos Estados Unidos, Spykman ressalta, remontando a um discurso mackinderiano, a peculiar situação geográfica da América do Norte entre as duas áreas mais importantes do globo, a Europa e a Ásia. Segundo ele, uma vitória do Eixo sobre os Aliados, sobretudo Rússia e China, seria semelhante a uma vitória da Santa Aliança contra as repúblicas e democracias. Traria uma união de todo o Velho Mundo continental contra a Inglaterra e o “Hemisfério Ocidental”, que faria com que uma “Aliança Eurasiana” cercasse o mundo Anglo-Saxão para destruir a democracia (FIGURA 2).

FIGURA 2 – O Cercamento do Novo Mundo



Fonte: Spykman, 2007.

Sendo assim, os interesses dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha estariam seriamente ameaçados caso tal cenário viesse a ocorrer. Para o autor, a Ilha de Albion é o país mais importante na Europa para os Estados Unidos e só em aliança com ela é que esse país pode agir no teatro europeu. Isso ocorre pelo fato de que apenas o balanço de poder no continente é favorável à Inglaterra, já que isso relega a ela o controle dos mares sem que haja um único grande concorrente. Seu principal objetivo na manutenção desse balanço de poder é a hostilidade entre a Alemanha e a Rússia. Nas palavras do próprio autor:

Por ter criado um continente balanceado e mantido o poder britânico livre, seu Império fora criado e apenas sob condições semelhantes ele pode ser mantido. Um continente balanceado e dividido é um pré-requisito para a continuada existência do Império e um continente dividido significa a hegemonia britânica. Essa relação de poder é inevitavelmente oposta ao Estado que aspire ao papel dominante, que em diferentes períodos da história foram a Espanha, a Áustria, a França e a Alemanha.⁹ (p.105, tradução nossa)

Segundo Spykman, a Grã-Bretanha via a expansão alemã para leste, e até a própria incorporação da Polônia e Romênia, como uma ameaça para a Rússia, mas não para os países

⁹ “By creating a balanced mainland and keeping British power free, her Empire was created and only under similar conditions can it be preserved. A divided and balanced continent is a prerequisite to the continued existence of the Empire and a divided continent means British hegemony. This power relation is inevitably opposed by the state that aspires to the dominant role, which in different periods of history has been Spain, Austria, France, and Germany.” (SPYKMAN, 2007)

ocidentais. Para o Ocidente, seria melhor que a Alemanha e a Rússia fizessem fronteira, e não que houvesse *buffer states* entre seus respectivos territórios, já que apenas com uma ameaça direta contra a Ucrânia, o Ocidente conseguiria uma aliança com a Rússia de forma a resistir o avanço alemão que, naquele momento, ameaçava se tornar o país hegemônico no continente. Essa dificuldade em conseguir uma aliança com a Rússia se dava em parte por desconfiança mútua e em parte por uma situação geopolítica prévia. Antes mesmo da Alemanha se tornar uma ameaça revolucionária para o continente, era a Rússia quem tentava destruir o sistema político das democracias ocidentais.

O temor anglo-saxão não era infundado, já que o poderoso ataque alemão contra a União Soviética tinha por objetivo a obtenção de recursos minerais e alimentícios, da Ucrânia até os Urais, que a tornariam autárquica e, nessa situação, ela estaria confortável para levar a Guerra Total para o território britânico. Após a vitória em uma guerra desse tipo, o autor prevê o que seria um “Hemisfério Alemão” e descreve um cenário de embate entre essa Alemanha Vitoriosa e com acesso aos recursos naturais da parte europeia da Rússia, contra um Estados Unidos que já era naquele momento a maior potência econômica e industrial do mundo. Parece descrever o que haveria de ser, dali alguns anos, a Guerra Fria. Mas em sua previsão a bipolaridade se daria entre Estados Unidos e a Alemanha Nazista.

Desse modo, o autor afirma que os Estados Unidos não poderiam deixar a Inglaterra cair, porquê “A posição dos Estados Unidos em relação à Europa como um todo é, portanto, idêntica à posição da Grã-Bretanha em relação ao continente europeu”¹⁰ (p.124, tradução nossa). Ou seja, se para a Grã-Bretanha era vital que não houvesse hegemonia no território continental da Europa, para os Estados Unidos era vital que não houvesse uma hegemonia europeia. Dessa forma, assim como era essencial a existência do poder insular atlântico na Europa como aliado dos Estados Unidos, para cercar a Europa, também era primordial a aliança com a Ilha Japonesa para o cercamento das potências terrestres asiáticas, incluindo a Rússia. Essa aliança com o Japão, no entanto, não serviria apenas para estabelecer um posto avançado dos Estados Unidos no Pacífico Asiático, senão que também serviria para manter a balança de poder na Ásia, evitando que o Japão se tornasse uma potência marítima hegemônica.

Diz-nos o autor, no entanto, que essa colaboração era bastante improvável naquele momento, dado que Alemanha e Japão haviam formado uma aliança inevitável para os seus objetivos, cercar a Rússia e fazê-la lutar em dois frentes terrestres, no extremo oriente contra

¹⁰ “The position of the United States in regard to Europe as a whole is, therefore, identical to the position of Great Britain in regard to the European Continent” (SPYKMAN, 2007)

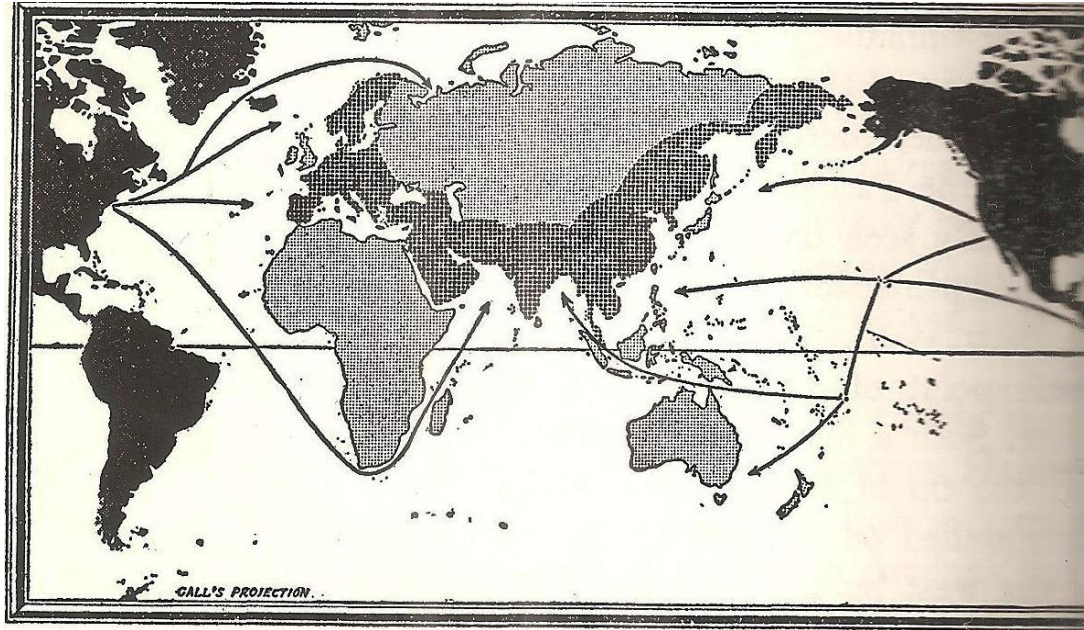
as forças do Japão e no ocidente europeu contra a *Blitzkrieg* alemã. Ainda segundo o geopolitólogo, além de ser um cercamento à Rússia, a aliança teuto-nipônica era também uma tentativa de cerco ao próprio Estados Unidos, já que, se esse entrasse na Guerra em auxílio à Grã-Bretanha, se veria também num cenário de conflito bioceânico, no Atlântico contra a Alemanha e no Pacífico contra o Japão. Confrontados com essa situação, o governo americano opta pela estratégia de ajudar a “Grã Bretanha através do oceano oriental, a China através do oceano ocidental e a Rússia no coração da massa continental eurásiana, de modo a preservar algum balanço de poder na Europa e na Ásia”¹¹ (p.177). Vale ressaltar, no entanto, que Spykman relativizara a importância da divisão entre poder marítimo e poder terrestre, visto que, com o surgimento do poder aéreo, as distâncias haviam se encurtado e áreas antes inacessíveis a qualquer um dos poderes clássicos, agora se tornariam alcançáveis através da aeronáutica.

Spykman prossegue com sua análise argumentando que as relações entre a América do Norte e os dois lados do continente Eurásiano são os fios condutores da política mundial, enquanto que as relações entre Austrália, África e América do Sul não são importantes. No entanto, ele postula que caso se consiga a união do Novo Mundo e se possa mobilizar grandes forças para atuar no além-mar, essa interação poderia influenciar a realidade política da Europa e da Ásia. Isso, no entanto, só se mantém verdadeiro enquanto o Velho Mundo estiver dividido e balanceado (FIGURA 3). Mas ele alerta que, caso o contrário ocorra e que o Velho Mundo se una de forma a mobilizar grande poder contra o Novo Mundo, então este se verá cercado e, se incapaz de resistir, terá de sucumbir aos ditamos europeus. O autor afirma, então que “A possibilidade de cercamento depende, então, nos potenciais de poder do Velho e do Novo Mundo e da probabilidade de sua integração em unidades políticas únicas ou coalizões”¹² (p.180, tradução nossa).

FIGURA 3 – O Cercamento do Velho Mundo

¹¹ “*Great Britain across the eastern ocean, China across the western ocean, and Russia in the heart of the Eurasian land mass in order to preserve some balance of power in Europe and Asia*” (SPYKMAN, 2007)

¹² “*The possibility of encirclement depends, therefore, on the power potentials of the Old and the New Worlds and the likelihood of their integration in single political units or coalitions*” (SPYKMAN, 2007)



Fonte: Spykman, 2007

O autor continua sua análise tendo como principal rival a Alemanha. Nesse contexto, ele concorda com o Almirante Mahan ao vislumbrar uma possível vitória Alemã e Japonesa. Esse cenário também seria de cerco aos Estados Unidos. A leste por um grande Império terrestre-marítimo japonês e a oeste por um grande Império marítimo-terrestre alemão. O autor diz ainda que esses dois impérios não respeitariam a América como área de influência exclusiva dos Estados Unidos e que relegariam aquele país ao isolamento na América do Norte ao tentar expandir suas influências para a América do Sul. Portanto, como tentativa de defesa contra esse cenário, Spykman postula a necessidade do estabelecimento de um doutrina de Defesa Hemisférica com os países ao sul do Rio Grande. Ele lembra ainda que um tal embate pela América Latina já vinha se dando com a Alemanha desde antes do começo da Guerra.

Caminhando para a conclusão de sua obra, Nicholas Spykman delinea os cenários possíveis para o fim da Guerra. As possibilidades por ele citadas são: Desaparição dos Estados, Formação de um Governo Mundial ou Hegemonia de um ou dois grandes impérios. Ele coloca como altamente improvável o fim da era dos Estados e, por isso, praticamente desconsidera essa questão. Quanto ao Governo Mundial, ele acredita ser possível que se dê sob tutela de uma hegemonia Anglo-Americana, suas instituições e seus regimes. No entanto, ele acredita ser problemático esse cenário, já que uma tal aliança geraria, quase que automaticamente, uma colaboração voluntária entre Alemanha, Rússia e China. Sobre o último cenário, o aparecimento de um dois impérios hegemônicos, Spykman defende ser

necessário a manutenção de uma Alemanha relativamente forte, já que, do contrário, a União Soviética poderia se tornar hegemônica na Europa. Finalmente, o cenário que o geoestrategista pretendia evitar era aquele no qual a Rússia assumiria a estratégia alemã de formação de um império eurasiático.

3. A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS NA GUERRA FRIA

3.1. Apresentação

Nesse capítulo faremos uma breve revisão de literatura sobre a Política Externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Por ser tema exaustivo e complexo, capaz de ocupar não uma, mas inúmeras pesquisas, como vem acontecendo desde aquele período histórico até hoje, nos ocuparemos de alguns escritos específicos. Devido a dois fenômenos paralelos, sendo o primeiro deles a abundância de material e, o segundo, a dificuldade de acesso a muitos desses documentos, explicitaremos aqui quais foram por nós usados e porquê.

Desse modo, iniciaremos a revisão com o documento que talvez seja o mais famoso dentre os pareceres oficiais norte-americanos do começo da Guerra Fria, o “*A Report to the National Security Council – NSC 68*” ou apenas, como trataremos ao longo do trabalho, **NSC 68**. Esse documento foi inspirado pelo artigo do diplomata norte-americano de longa experiência com a União Soviética, George Kennan, “*The Sources of Soviet Conduct*”, o qual também trataremos de analisar nesse capítulo. Por fim, analisaremos escritos que não podem ser classificados como “documentos oficiais” da Política Externa estadunidense, mas que, por serem de autoria de duas das mais influentes figuras em dita política naquele período, nomeadamente, Henry Kissinger e Zbigniew Brzezinski, consideramos como relevantes para que se entenda a relação entre os Estados Unidos e a União Soviética. Da parte de Kissinger, analisaremos sua obra autobiográfica “*White House Years: 1968-1972*”, enquanto que da parte de Brzezinski, os livros analisados serão “*The Grand Chessboard: America’s Primacy and Its Geoeconomic Imperatives*”, obra posterior à Guerra Fria e “*Between Two Ages: America’s Role in the Technetronic Era*”, escrita naquele período.

3.2. A Report to the National Security Council – NSC 68

Recém iniciada a Guerra Fria, os Estados Unidos buscavam compreender a natureza da ameaça soviética e, para tal, o chamado “NSC 68” foi um dos primeiros e mais importantes instrumentos na missão de esclarecer os tomadores de decisão norte-americanos sobre essa questão (WELLS, 1979). Sendo assim, o correto entendimento do mencionado documento muito nos ajudará em nossa análise.

O documento tem início com uma breve análise do período anterior àquele no qual era escrito e passa, então, a uma distinção entre o propósito fundamental dos Estados Unidos

e a configuração fundamental do Kremlin. Sendo assim, o objetivo essencial da potência norte-americana é descrito como o de assegurar a segurança e vitalidade da “sociedade livre” e da dignidade do indivíduo. Ele prossegue em dizer que aquele país está determinado em defender as liberdades individuais, em criar as condições para que floresça o sistema democrático e, se necessário, lutar para defender esse estilo de vida.

No Kremlin, por sua vez, o ímpeto fundamental seria o de manter e solidificar o poder daqueles que controlam a União Soviética e o movimento comunista internacional, sendo necessário alargar sua influência e neutralizar quaisquer oposições à sua autoridade. A tática para atingir esses objetivos seria a subversão e posterior destruição dos governos e sociedades do mundo não-soviético e a sua substituição por instituições títeres de Moscou. Para tal fim, nos relata o informe, os esforços soviéticos eram direcionados para a dominação da massa continental Eurásiana. Os Estados Unidos, por outro lado, seriam considerados pelo Kremlin como seu principal inimigo na consecução desse plano e, por isso, deveriam ser subvertidos ou destruídos, empregando quaisquer meios necessários.

O documento prossegue em traçar a natureza do conflito como sendo fundamentalmente entre a ideia de liberdade baseada no governo das leis e da escravidão sob uma sinistra oligarquia. Desse modo, o embate seria motivada pelo ímpeto do “Estado escravocrata” em destruir o “desafio da liberdade”. Se de um lado havia a Democracia Liberal, individualista, tolerante, amante da diversidade e do livre mercado, do outro estaria o poder absoluto nas mãos de poucos indivíduos que buscavam subjugar tudo e a todos a essa “ideia de submissão à autoridade” e ao Estado Soviético.

Sendo assim, se a luta se delineia nesses parâmetros, cabe então aos Estados Unidos se colocarem na posição de liderança mundial, ajudando outros povos do “mundo livre” no desenvolvimento de capacidade militar e moral para que seja resguardada a segurança nacional norte americana e para que a União Soviética tome conhecimento da falsidade de suas crenças e se acomode ao sistema internacional, convivendo de forma pacífica com os demais países e abandonando os seus desígnios. O documento diz ainda que a política externa norte-americana não objetiva a subjugação do povo russo, o que poderia fazê-lo apoiar ainda mais o “governo que os oprimia”, mas auxiliá-lo a conseguir uma nova chance de seguir rumos diferentes na sua comunidade nacional.

Pautando-se ainda na última linha argumentativa, o documento explicita que apenas o conflito militar e a vitória em dito conflito não seria suficiente, já que, tratando-se de uma guerra também psicológica e ideológica, a destruição física da União Soviética não impediria o ressurgimento de outro regime totalitário. Sendo assim, a menos que se conseguisse incutir

na mente das pessoas a ideia básica de liberdade, o substrato essencial do conflito, não tardaria em surgir outro sistema incumbido de levar a cabo o desígnio soviético. Esse desígnio, por sua vez, seria o de ganhar as mentes de outros povos e expandir territorialmente o domínio soviético. Argumenta-se que essa estratégia não é senão uma nova expressão da tradicional “cautela russa”, que, apesar de estar imbuída por espírito revolucionário mundial e de um aparato totalitário de Estado, é também herdeira do imperialismo russo.

Baseando-se nesse cenário de conflito e seus motivos, a política externa dos Estados Unidos tem então dois objetivos básicos, (1) desenvolver um sistema internacional saudável baseado nas organizações internacionais propostas no pós-Guerra e (2) a contenção da União Soviética, que se dará nas linhas de impedir a expansão daquele país; expor as falsidades das pretensões soviéticas; induzir a retração do controle e influência do Kremlin e plantar as sementes da implosão do sistema soviético. Além disso, seria necessário manter e alargar a já existente superioridade de poder por parte dos Estados Unidos, sobretudo no campo militar.

Prosseguindo na estratégia delineada para os Estados Unidos, o documento propõe o fortalecimento econômico e defensivo da Europa Ocidental e, sobretudo, da Grã-Bretanha. Dentro disso, seria de suma importância que os aliados ou potenciais aliados dos Estados Unidos não caíssem em condições de neutralidade, o que potencializaria o perigo do domínio soviético. O documento afirma que se isso viesse a acontecer com a Alemanha, as consequências para a Europa e posteriormente para os Estados Unidos seriam catastróficas. Em relação à Ásia é recomendado o fortalecimento dos governos moderados daquele continente, também o fortalecimento social, das instituições e economias para que os recursos materiais e humanos daquela região possam ser colocados a melhor uso.

Mesmo se todas essas condições estratégicas viessem a ter sucesso, o documento delimita que só poderia haver uma verdadeira coexistência com a União Soviética caso ela: assinasse tratados de paz com Alemanha, Áustria, Japão e relaxasse as tensões no extremo oriente, retirasse as tropas soviéticas e sua influência das áreas satélite e cooperasse no âmbito das Nações Unidas. Para além dessas demandas, o artigo delimita que a paz definitiva com a União Soviética demandaria a criação de um sistema político e econômico internacional que frustrasse os desígnios da potência socialista e só assim poderia se chegar a um acordo com a União Soviética ou seu(s) Estado(s) sucessor(es).

O Documento irá prosseguir basicamente dentro dos parâmetros já expostos previamente nessa revisão. No entanto, é importante salientar alguns últimos detalhes da parte final do NSC 68. Primeiramente, insiste-se na necessidade de que os Estados Unidos não se isole no Hemisfério Ocidental e que mantenha constante sua presença econômica, política e

militar na Europa, dado que, sem essa mobilização, muito provavelmente a União Soviética tomaria para si os territórios europeus e os EUA se veriam em uma posição extremamente desigual frente a um Império Soviético de proporções eurásianas. Segundo, o documento volta a salientar a impossibilidade da existência de Alemanha e Japão como “ilhas de neutralidade”, dado o desígnio de dominação mundial da União Soviética. E, terceiro, a necessidade dos Estados Unidos aumentaram suas forças no ar, na terra e no mar, inclusive nucleares e de defesa.

3.3. The Sources of Soviet Conduct

Sobre esse breve artigo publicado pelo diplomata George Kennan, sob o codinome “X”, na revista *Foreign Affairs*, em 1947, é que em grande parte se baseia o documento NSC 68, visto acima. Kennan desenvolve aqui a ideia de que a Guerra Fria seria a oportunidade dos Estados Unidos em assumirem a liderança do chamado “mundo livre”. Não nos alongaremos na revisão desse artigo em especial, dado que seus *insights* mais estratégicos já foram transcritos acima, nos focaremos em algumas ideias chave por ele descritas.

O autor inicia seu artigo fazendo uma breve análise do pensamento do homem soviético e da estrutura de sua sociedade, de suas raízes na revolução e no pensamento leninista. Então ele chega na configuração stalinista da sociedade, na qual, sob os auspícios do ditador, se mantêm os “órgãos de supressão”. Segundo ele, tais medidas brotavam do entendimento das elites de que, enquanto houvesse um cercamento capitalista ao Estado Soviético, haveria perigo de invasão. Desse sentimento surgia também a percepção de que todas as forças de oposição dentro da potência socialista seriam agentes reacionários estrangeiros controlados para desestruturar o Estado Soviético.

Sendo assim, o sentimento de insegurança e a ideologia universalista do marxismo se combinavam num ímpeto de revolução global. Apesar disso, o autor afirma que os dirigentes soviéticos não se apressavam em cumprir essa missão e se portavam de maneira bastante realista frente às suas potencialidades. Para Kennan, essa serenidade para a realização dos seus objetivos era herança das lições aprendidas durante séculos pela Rússia, que enfrentara os vai-e-vens das invasões nômades pelas extensas planícies. Para suportar tais intempéries da história, o cuidado, a circunspeção, a flexibilidade e furtividade eram grandes qualidades. Em consequência disso, a União Soviética teria herdado essas características na sua missão revolucionária. Como resposta, os Estados Unidos não deveriam em nenhum momento aliviar a pressão sobre o sistema soviético e que sua conduta deveria impor às ações da potência

socialista um considerável grau de moderação, muito maior aos observados nos anos anteriores. Segundo o autor, apenas dessa forma os Estados Unidos poderiam frustrar por tempo suficiente os objetivos “messiânicos” da União Soviética e obrigá-la a se adaptar à lógica de um Estado comum.

3.4. Henry Kissinger - *White House Years: 1968-1972*

Como já falado previamente nesse capítulo, nos deparamos com uma dupla dificuldade na escolha do material para pesquisa. Se, por um lado, demasiado vasto era o acervo a se consultar (e o livro aqui analisado atesta a veracidade dessa afirmação, contendo mais de 1500 páginas), por outro, muitas das obras eram de difícil acesso tanto em sítios especializados da internet, quanto nas próprias bibliotecas físicas ao nosso alcance. No entanto, escolhemos a presente obra, entre outras motivações, pela monumental importância de Henry Kissinger, principal Conselheiro de Segurança Nacional do presidente Richard Nixon durante o período tratado e, posteriormente, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América. Sem dúvida alguma, uma das mais influentes personalidades dos anos da Guerra Fria.

Sendo assim, iniciamos o árduo trabalho de resumir em alguns parágrafos as ideias centrais de uma obra tão extensa, parafraseando alguns dizeres centrais do autor. Kissinger afirma, logo nas porções introdutórias de seu livro autobiográfico que, uma vez que havia assumido o cargo Conselheiro de Segurança Nacional daquele governo, foi a ele dada a missão de restabelecer o *National Security Council*, composto por representantes de todas as agências governamentais relevantes. Somado a isso, Kissinger afirma que tensas eram suas relações com o então Secretário de Estado, William Rogers, já que este partia de pressupostos táticos, por ser advogado de carreira, enquanto que Kissinger partia de pressupostos estratégicos e geopolíticos. No entanto, a preponderância do NSC se deu apenas até que ele tornasse o principal conselheiro do presidente. Após isso, a maior parte das decisões eram tomadas entre ele e o presidente Nixon.

Avançando em sua análise, o autor nos diz que apesar do isolacionismo, o Almirante Mahan demonstrou que os Estados Unidos poderiam pensar de maneira geopolítica. Ele diz ainda que a potência norte-americana chegou ao século XX sem ter aprendido essa lição. Apesar disso, ele argumenta que a entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial havia sido consequência direta do interesse geopolítico americano em manter a liberdade de navegação e prevenir que a Europa fosse dominada por poderes hostis. No entanto, Kissinger argumenta

que a política subsequente foi baseada em termos legalistas e idealistas. Protegido por dois oceanos, aquele país não pensava de maneira estratégica e mesmo seus esforços militares eram mais focados em logística do que geopolítica.

Ele nos diz ainda que a mesma falta de preparo e desconsideração com a segurança nacional fez com que a conclusão da Segunda Guerra Mundial pegasse os Estados Unidos desprevenidos. Absortos pela ideia de vitória total, eles deixaram com que a Alemanha fosse completamente destruída, a França e a Inglaterra ficassem em posições desfavoráveis e permitiram que a hostil União Soviética ocupasse metade da Europa e instaurasse um cenário no qual a Europa Ocidental parecia estar à mercê da potência eurásiana.

Apesar disso, houve uma súbita erupção de poder criativo e os Estados Unidos conseguiram exercer sua influência na Europa. No entanto, o autor afirma que essas ações foram mais reflexo do idealismo americano, na crença de que o comércio traria a paz, do que na percepção realista dos desafios que seguiriam na relação com a União Soviética. Kissinger afirma, ainda, que a estratégia de contenção do imediato pós-guerra foi falha e presenteou à União Soviética o tempo necessário para reorganizar suas forças. Em seu argumento, a falha se deu, primeiramente, pela crença excessiva dos Estados Unidos na eficácia do balanço de poder europeu; em segundo lugar, pela falta de percepção de que as armas nucleares davam aos EUA uma grande vantagem em relação aos soviéticos e, em terceiro lugar, pela incapacidade de entender que a mera contenção não poderia combater efetivamente a ideologia comunista, que transformava a luta entre países em uma luta entre filosofias e modos de vida, inclusive de forma interna aos países ocidentais.

Os Estados Unidos não estavam preparados para enfrentar um adversário tão forte, durante tanto tempo e tão radicalmente hostil a ele quando do fim da Segunda Guerra Mundial. Kissinger considera digno de nota que se tenha cogitado voltar à tradicional postura isolacionista depois da Guerra, sendo que países tradicionais na balança de poder, como Japão, Alemanha e China estavam completamente destruídos e a Grã-Bretanha já não tinha condições de ser o fiel da balança. Segundo ele, os Estados Unidos, de alguma forma, celebraram o vácuo de poder e acreditaram que, com ele, poderiam resolver todos os problemas de maneira diplomática e no âmbito das Nações Unidas. Segundo ele, essa ilusão se dissipou em 1947, quando a Inglaterra informou aos EUA que não mais tinha condições de garantir a segurança da Grécia e da Turquia e que, então, seria necessário que a potência americana interferisse diretamente.

Fazendo uma breve reflexão acerca da manutenção da balança de poder, o autor afirmar ser missão de difícil consecução, dado o seu caráter permanente e sem previsão de

acabar. Kissinger afirma ainda que é um fenômeno majoritariamente psicológico e que, se há uma percepção de equidade de poder, esse balanço não será colocado a prova. No entanto, retornando a um argumento já feito previamente, o autor afirma que essa igualdade de forças não existia e que, pela falta de melhor julgamento, os Estados Unidos deram a oportunidade para que a União Soviética se fortalecesse.

Ele argumenta ainda que o envolvimento dos EUA nas guerras da Coreia e do Vietnã foram erros estratégicos, já que tais guerras não haviam sido iniciadas por ataques contra os Estados Unidos, nem havia para o governo americano objetivos claros. Além disso, essas guerras não eram direcionadas contra a Europa e o envolvimento dos Estados Unidos em localidades tão distantes desviava sua capacidade de defender a Europa de um fortalecimento soviético naquela região. O resultado desses envolvimento foi a perda de credibilidade interna do governo americano e sua subsequente necessidade de formular uma política externa sem o apoio monolítico que ele gozava nos anos anteriores.

Apesar de em seu momento Kissinger também adotar a política de contenção, ele o fez de maneira diferente de seus predecessores. Ao contrário dos governos anteriores, que viam com suspeição os programas nucleares de França e Grã-Bretanha, ele apoiava diálogo com essas pretensões, já que, em seu pensamento, se os Estados Unidos colocassem todo o peso da política antissoviética em suas costas, eles iriam se esgotar psicologicamente antes mesmo de se esgotarem fisicamente. Sendo assim, o fortalecimento da Europa enquanto bloco era bem vindo para a estratégia global americana.

Nessa perspectiva, o Conselheiro de Segurança Nacional aconselhou ao presidente Nixon manter o status da relação Anglo-Americana como a de uma “amizade especial”. No entanto, ele aconselhou também que, paralelamente a isso, os Estados Unidos buscasse outros parceiros preferenciais para além da Ilha de Albion. Não obstante, a liderança britânica daquele tempo parecia legitimamente engajada na relação de amizade com a ex-colônia, passando-o a impressão até mesmo de considerá-la muito mais próxima do que os países continentais. Uma combinação inusitada de fatores, desde a eleição de Nixon, até a indicação do embaixador britânico nos Estados Unidos, tornou a relação entre os dois países, nos anos subsequentes, extremamente profícuas.

Passando para uma análise das motivações e natureza da política externa da União Soviética, o autor salienta que a principal característica a se considerar é a crença de sua elite no comunismo. Desse modo, enquanto que a paz, para o Ocidente, seria o estado natural, a ausência de desavenças e a preponderância da harmonia, para o Oriente comunista a paz não seria possível senão com a vitória de um dos lados e, imbuídos do otimismo histórico

postulado pela teoria marxista sobre a vitória final do comunismo sobre o capitalismo, a elite soviética consideraria quaisquer ações de sua parte, independente de quão belicosas fossem, como o caminho para a paz, enquanto que as ações ocidentais, independente de sua boa vontade, como hipocrisia ou estupidez. Kissinger considera especialmente complicado lidar com a União Soviética dado que sua política externa obscureceu as linhas entre o que é propriamente interestatal e intraestatal. Se no cenário clássico da política internacional a interferência de um Estado sobre outro geralmente se dava na forma de agressão territorial, naquele momento a União Soviética influenciava a política externa de outros povos como ferramenta de sua política internacional. Sendo assim, a ideologia estava a colocar em cheque a estabilidade internacional e se tornava crescentemente perigosa devido ao fato de não aceitar conciliação.

Kissinger ressalta, no entanto, que a política soviética nada mais é do que a herdeira da antiga tradição do nacionalismo russo. Diz ele que há séculos, desde o Ducado Moscovita, o Império Russo havia se expandido a leste e oeste, através das planícies infinitas sem conhecer obstáculos geográficos. Segundo ele, da mesma forma que os russos haviam ocupado as grandes planícies, também agressores contra aquele país haviam se usado desse artifício, sempre sem sucesso. No entanto, as seguidas agressões infundiram no povo russo a equalização da segurança com a expansão territorial contínua o que, ao mesmo tempo, sempre gerou a máxima insegurança em seus vizinhos. Sendo assim, o autor conclui esse argumento dizendo que, seja por um sentimento de insegurança, seja por um sentimento de inferioridade, os governantes russos, sejam eles comunistas ou czaristas, sempre identificaram a segurança não apenas com o espaço, mas com a dominação sobre outros povos. Portanto, concentrar-se em quais seriam os objetivos específicos da política externa soviética seria um erro, já que essa combinação de nacionalismo e ideologia seria a motivação essencial de cada movimentação geopolítica da URSS. Desse modo,

A diferença do Comunismo Leninista era a de que, pela primeira vez na história russa, havia dado ao instinto expansionista uma formulação teórica que se aplicava universalmente ao redor do globo. Ele aliviava a consciência dos russos; ele difundia o problema para todos os outros povos.¹³ (p.149)

Se aprofundando na análise específica do sistema da União Soviética, o autor postula que apesar da aparência monolítica do Estado Totalitário Soviético, seria precisamente essa

¹³ “*The distinction of Leninist Communism was that it, for the first time in Russian history, gave the expansionist instinct a theoretical formulation that applied universally around the globe. It salved Russian consciences; it compounded the problem for all other peoples.*” (KISSINGER, 2011)

característica a sua maior fraqueza. Devido a isso, o Estado soviético seria politicamente instável e sem mecanismos sucessórios, o que engendraria uma constante briga política entre as facções que compunham o Politburo. O autor ressalta ainda que, ironicamente, o Estado construído sobre o determinismo econômico, não possuía uma economia dinâmica e avançada, sendo muitas vezes ultrapassada inclusive em relação aos países que dominava no leste europeu. Aprofundando sua crítica, Henry Kissinger chega ao extremo de dizer que o Partido Comunista não tem qualquer função real para além de manter o privilégio de suas elites, que são as verdadeiras comandantes de todos os aspectos da vida social e produtiva. Desse modo, ele conclui que seria impossível que esse “funcionalismo parasitário” se mantivesse por um longo período de tempo, especialmente em um país composto por várias nacionalidades.

Entrando na questão nuclear e do “*Mutually Assured Destruction* – MAD” (Destruição Mutuamente Assegurada), nos diz o autor que no fim dos anos 60, apesar do crescente poderio da URSS, da ideologia comunista, do expansionismo russo e do intervencionismo soviético, nenhum líder poderia deixar de contemplar a magnitude da ameaça das bombas atômicas, sendo que ambos países já possuíam armas suficientes para destruir a humanidade. Sendo assim, não haveria justificativa plausível para manter a tradicional estratégia da balança de poder através do confronto. No entanto, a missão de afastar o perigo da confrontação nuclear se mostrava especialmente delicada, já que o discurso pacifista poderia obscurecer o que era um desafio ideológico e geopolítico que se prolongaria por gerações. Apesar disso, inúmeros esforços foram tomados para o “relaxamento” (*Détente*) das tensões, sobretudo na Europa oriental.

Em negociações com os soviéticos, Kissinger convencionou com eles que durante o governo Nixon seriam três as linhas condutoras da relação entre as duas potências: “O princípio de concretude”, que definia o teor das conversas bilaterais apenas sobre tensões concretas e não sobre abstrações generalistas e fingimento de boas relações pessoais entre os líderes e diplomatas; o “Princípio da limitação”, que comprometia ambos os lados a não tentarem tirar vantagens unilaterais de situações de crise e, finalmente, o “Princípio da Conexão” (*Linkage*), que previa as negociações entre as duas superpotências tendo como parâmetro que os eventos mundiais estavam interconectados e que a paz deveria ser almejada de forma ampla, não permitindo, assim, que ao tratar separadamente das diversas questões do globo, um dos lados tentasse se ver em vantagem em dada situação, desligando-a de outra com a qual estava conectada.

Tratando-se do Leste Europeu, o autor nos diz que a separação imposta pela Guerra Fria, dividindo o continente ao longo do Rio Elba, na região central da Alemanha, era algo absolutamente artificial e que os regimes comunistas impostos a leste dessa linha seriam totalmente alienígenas àqueles países, sendo que os respectivos partidos comunistas não gozavam de nenhuma chance de vitória em qualquer um daqueles Estados, caso houvesse eleições livres. Sendo assim, Richard Nixon se tornou o primeiro presidente americano a visitar um país comunista e foi a Romênia o país escolhido. As razões foram dadas pelo próprio presidente. Em primeiro lugar, ele havia sido muito bem tratado pelo povo romeno em outra ocasião, antes de assumir a presidência. A segunda, e mais importante, era a tentativa de “alfinetar” a liderança soviética, levando-a a crer que eles ali estavam tentando instituir uma situação semelhante à da China.

A estratégia daquele período para com a China Comunista não era considerada inerentemente antissoviética, mas buscava um equilíbrio global de poder. Sendo assim, os Estados Unidos decidiram não limitar seu contato com o mundo comunista à União Soviética e, ao fim dos anos 60, praticamente todas suas relações com os países do bloco socialista eram trilaterais, envolvendo Os Estados Unidos, a União Soviética e dado país. Tais relações poderiam possibilitar um equilíbrio entre as superpotências e até uma eventual cooperação. Em seus cálculos, as disputas fronteiriças entre China e União Soviética, para além da animosidade ideológica e histórica, ajudariam a aproximação dos EUA com o país asiático.

Em relação ao Japão, Kissinger afirma ser uma aliança entre aquele país e os EUA a peça chave da política externa norte-americana no pacífico. O governo Nixon tinha como principais objetivos naquela nação asiática a reorganização da balança comercial entre os dois países, que era crescentemente desfavorável para os Estados Unidos e também a tentativa de que o Japão assumisse maiores responsabilidades pelo desenvolvimento tecnológico, econômico e também pela segurança na Ásia.

3.5. Zbigniew Brzezinski

Assim como o autor que tratamos anteriormente, Zbigniew Brzezinski também é uma das mais proeminentes figuras intelectuais e políticas da Guerra Fria, tendo escrito extensamente acerca da política internacional de sua época e também servido como Conselheiro de Segurança Nacional. Não repetiremos o argumento dos problemas enfrentados na pesquisa devido ao excesso e dificuldade de acesso do material, mas salientaremos que também com as obras desse autor, encontramos os mesmos entraves. Por esse motivo,

decidimos trabalhar com uma obra de sua autoria escrita durante a Guerra Fria, que analisa as mudanças tecnológicas daquele tempo e seus efeitos sobre as relações internacionais (*Between Two Ages: America's Role in the Technetronic Era*, de 1970), assim como uma obra posterior, já do final do Século XX (*The Grand Chessboard: America's Primacy and Its Geoeconomic Imperatives*). Essa última foi escolhida, sobretudo, por tratar especificamente das implicações geopolíticas provenientes da grande massa continental eurásiana.

3.5.1. *Between Two Ages: America's Role in the Technetronic Era*

Iniciaremos com a revisão dessa obra por motivos meramente cronológicos, já que fora publicada durante a Guerra Fria e, portanto, anteriormente ao outro livro que por nós será analisado. Cabe aqui uma nota de pesar de nossa parte, por não se tratar de um título que analise *especificamente* a política externa dos Estados Unidos. No entanto, acreditamos que esse problema seja compensado pela riqueza analítica do autor e pela posterior revisão do livro “*The Grand Chessboard*”.

Logo na introdução Brzezinski nos diz que o tempo e o espaço configuram nossa percepção do mundo e que, não satisfeito com as visões fragmentadas da realidade, ele tentará formular ao menos uma aproximação de uma perspectiva maior. Sendo assim, aquele momento histórico parece obscurecer a linha tênue entre política doméstica e internacional. No entanto, partindo de uma visão americana, ele tentará definir alguns entendimentos sobre os processos que ocorriam naquela ocasião, sem cair nas dicotomia entre “bem” e “mau”, tão comum ao ser humano.

Sendo assim, os países industrializados daquele momento, especialmente os Estados Unidos, pareciam estar em uma fase de transição na qual a tecnologia e a eletrônica tinham cada vez mais importância nas mudanças sociais e políticas. Desde o aparecimento das armas nucleares, a interação entre as superpotências têm sido guiadas por um sistema rudimentar de tentativa e erro que se desenrola nos diversos cenários internacionais, Cuba, Coreia, Berlim, etc. No entanto, sem esse tipo de armamento, muito provavelmente a guerra entre eles já teria ocorrido. Apesar de num plano formal a política internacional parecer muito com o que ela tem sido historicamente, a realidade desses processos tem sido cada vez mais influenciada por agentes não-estatais. O impacto da ciência e da tecnologia nos países mais avançados tem se tornado uma das principais fontes das mudanças do período. O autor ressalta ainda que enquanto a superpotência norte-americana figurava entre esses polos de avanço, a União Soviética ainda não havia entrado nesse cenário de transição tecnológica.

Zbigniew Brzezinski chama atenção para o fato de que esses campos avançaram tanto, que a questão se tornou: como as sociedades vão se configurar para incluir e maximizar as potencialidades individuais? Essas questões marcam no ser humano um sentimento de liberdade e importância pessoal. A urbanização ajuda a acentuar essa questão, já que as novas gerações trazem a dissolução dos laços tradicionais e valores derivados da convivência familiar e comunitária. A televisão, os jornais, o avanço dos meios de comunicação fariam, então, com que o indivíduo se enxergasse como um cidadão global e suas aspirações pessoais não poderiam mais deixar de serem influenciadas por essa situação.

Ele prossegue em dizer que os Estados Unidos despontaram como os maiores disseminadores dessas tecnologias e, por isso, como exportadores de seus valores, interesses, modo de vida e ideologia através de filmes, da televisão, revistas de circulação internacional, etc. Os EUA haviam se tornado modelo de liberdade, posteriormente de riqueza material e, finalmente, de desenvolvimento tecnológico. O percentual de população no ensino superior na União Soviética era apenas metade daquele nos Estados Unidos. Além disso, os próprios soviéticos haviam concluído naquela altura que a produtividade de seus cientistas era apenas metade dos seus congêneres americanos e que as inovações demoravam três vezes mais tempo para serem efetivadas.

Brzezinski argumenta que essa primeira globalização e americanização do mundo geraria confusões entre os diversos povos do mundo, inclusive entre aqueles da União Soviética, que poderiam acabar por concluir que sua realidade enquanto Estado Nacional não mais atendia às necessidades dos tempos. Ressalta ainda que o Marxismo enquanto institucionalização burocrática soviética não teria mais apelo, já que o Leninismo nada foi além de uma russificação da teoria socioeconômica de Marx. Para dar corpo ao seu argumento, ele afirma que em 50 anos a URSS não produziu nenhum “intelectual criativo” marxista, o que ocorreu apenas no Ocidente e que, inclusive nos países socialistas do Leste Europeu, a população demonstrava indiferença ou insatisfação com a linha oficial do Partido Comunista Soviético.

O autor argumenta que no pós-Primeira Guerra Mundial, dificilmente a Rússia cairia vítima da estagnação, dado que, um país com sua extensão territorial, localização geográfica, vitalidade e herança imperial, independente do regime, indubitavelmente se desenvolveria. A isso ele adiciona que, nessas condições, a URSS se levantaria a um nível somente atingido por outro poder continental, os Estados Unidos. Continuando em seu argumento, Brzezinski postula que apesar dos primeiros impulsos revolucionários da tomada de poder por parte dos Bolcheviques, Stalin teria consumado o casamento entre o Marxismo-Leninismo e o

Nacionalismo russo e que, num curto período de tempo, a elite bolchevique transitou de ser cosmopolita para ser dominada quase que inteiramente por russos étnicos e que a população, como em tempos anteriores, desenvolveu uma lealdade institucional e não intelectual ao regime. Sendo assim, a elite soviética, por mais que se pensasse internacionalista e revolucionária era, na verdade, conservadora e nacionalista.

Ele argumenta que esses fatores fizeram com que a sociedade de estilo soviético se tornasse injustificável aos olhos das pessoas e que sua rigidez impedia com que a Rússia evoluísse para além da era industrial. Além disso, ao autor diz que a mais revolucionária ideologia daquele tempo, se tornou inócua face à ortodoxia alienante das elites do Politburo. Nessa linha, os chamados “valores eternos” da liberdade individual, democracia, liberdade, dignidade individual, etc., eram taxadas de “ferramentas da burguesia para enganar as massas”. Sendo assim, a elite soviética desconsiderava a teoria de política internacional da convergência entre as duas superpotências e acreditavam serem as questões levantadas pelo Ocidente como dilemas não existentes no mundo soviético. Desse modo, apesar de terem abandonado a ideia da inevitabilidade da guerra entre os dois polos, a elite soviética ainda cria veementemente na impossibilidade da coexistência entre as duas ideologias, sendo que uma delas deveria sair vitoriosa do embate.

O autor conclui então que o desenvolvimento da União Soviética só se daria com o abandono da rigidez ideológica e com um retorno ao “marxismo ocidental” e a quebra com o legado stalinista. Caso isso não acontecesse a União Soviética continuaria com seu crescimento muito inferior ao dos EUA, o que aprofundaria imensamente o já existente *gap* entre as potencialidades das duas superpotências. Brzezinski postula então que cinco seriam os possíveis caminhos para a União Soviética: a “Petrificação Oligárquica”, que manteria as elites dirigentes atuais e aprofundaria a ortodoxia do sistema, sustentada por slogans revolucionárias objetivando mascarar suas políticas conservadoras; a “Evolução Pluralista”, que transformaria a rigidez do sistema em um regime parecido com a Iugoslávia, mais tolerante à heterodoxia ideológica e com maior debate entre a elite e a população; a “Adaptação Tecnológica”, que seria a substituição da elite ideológica por uma elite tecnocrática, baseada na inovação científica, eficiência e disciplina, aos moldes do que ocorreu com a Alemanha Oriental; o “Fundamentalismo Militante”, que buscaria o retorno do fervor revolucionário dos primeiros períodos daquele país, para isso, as elites se valeriam de algo como a “Revolução Cultural” chinesa e, por fim, a “Desintegração Política”, que se daria com a paralisia da elite governante, a crescente insatisfação popular, rachas nas forças armadas e tensões entre populações não-russas e russas. O autor acreditava que a

incapacidade soviética em manter a paridade tecnológica, social, política e econômica com os EUA, levaria à última possibilidade, enquanto que, o aumento das tensões com a China levaria a uma mistura da “Petrificação Oligárquica” com a “Adaptação Tecnológica”.

Finalmente, o autor argumenta que as relações entre EUA e URSS não teriam previsão de melhora e, mesmo que se elas se tornassem menos ideologizadas, elas poderiam tornar-se mais extensas geograficamente. Ele diz ainda que a democratização da potência socialista provavelmente não traria o fim do embate entre ambos polos, já que a rivalidade entre os países é inerente ao sistema internacional e é fruto de séculos de competição e crença na superioridade de seus sistemas de valores. Mas, por outro lado, a democratização poderia tornar a União Soviética ainda mais forte, dado que seria descartado o modelo de estagnação então presente naquele país.

No entanto, como o sistema soviético não era mais atrativo e o avanço tecnológico ocidental era também muito superior, o autor diz que seria quase inevitável que o Leste Europeu gravitasse para a integração com o resto da Europa, dando as costas à União Soviética. Os Estados Unidos, por sua vez, deveriam modernizar sua doutrina diplomática e transitar do modelo clássico e militarista, até então usado, para um modelo de atração global e comunicação intensiva, deveria se usar do poder da televisão e dos computadores, na sua prática internacional. Para a União Soviética, o único modo de manter seu *status* seria aceitar a posição dos países da Europa Oriental e tentar, ela mesma, cooperar com os Estados Unidos.

3.5.2. *The Grand Chessboard: America's Primacy and Its Geostrategic Imperatives*

Esse livro, por ser posterior ao fim da Guerra Fria, nos dará apenas uma ideia geral do pensamento de Brzezinski acerca do papel do continente Eurásiano na política internacional, o que muitos autores chamam de “*The Big Game*”. A Eurásia seria, então, o próprio tabuleiro sobre o qual esse jogo é jogado pelos diversos adversários. Sendo assim, analisaremos brevemente alguns dos postulados de Zbigniew Brzezinski sobre aquela região.

O autor inicia sua análise dizendo que durante os últimos 500 anos os povos da Eurásia têm sido o centro do poder mundial. Apesar da hegemonia ter se instalado fora da Eurásia, para que os EUA mantenham esse status, é necessário impedir a emergência de uma grande potência eurásiana. Para reforçar seu argumento, ele diz que a Eurásia é o Tabuleiro de Xadrez Global sobre o qual os destinos do mundo são decididos. Durante a Segunda Guerra Mundial, Stalin e Hitler concordaram entre si que os Estados Unidos deveriam ser excluídos

da massa continental eurásiana e cada um deles acreditava que quem controlasse a Eurásia controlaria o mundo.

De um ponto de vista norte-americano, o autor afirma que tornara-se necessário aos Estados Unidos expandirem sua esfera de interesse geopolítico ao fim da Primeira Guerra Mundial, já que haviam se tornado a maior economia do mundo e fonte de grande evolução tecnológica e ideológica. Os famosos “14 Pontos”, propostos pelo presidente americano Woodrow Wilson, ao fim daquela conflagração, fundaram as pretensões geopolíticas daquele país. Fusão entre o Idealismo característico da política externa americana até então, com o poderio econômico e militar conquistado por aquela nação.

O autor prossegue sua análise argumentando que a era da política centrada na Europa havia terminado com o fim da Segunda Grande Guerra, que teria sido a primeira realmente global, lutada em 3 continentes e dois oceanos (Pacífico e Atlântico). A Eurásia teria, desse modo, se tornado um único grande campo de batalha. Se a vitória dessa guerra tivesse sido alemã, provavelmente haveria emergido um único poder hegemônico global europeu. No entanto, foram duas potências extra-europeias (EUA e URSS) que assumiram o papel de detentores da supremacia global e que assim continuaram por 50 anos. Cada um dos lados propunha uma ideologia otimista acerca do futuro do mundo, o que justificava o conflito e garantia a vitória final para algum deles. Estados Unidos e União Soviética teriam domínio indiscutível em suas respectivas esferas, mas nenhum deles chegara a dominar definitivamente a Europa. A combinação entre geopolítica e universalismo das ideologias teria dado ao embate uma intensidade nunca antes vista. Apesar disso, o advento do poderio nuclear, a possibilidade da destruição mútua com consequências tremendas para grande parte da humanidade teria feito com que ambos agissem de modo extremamente cauteloso.

De acordo com Brzezinski, no âmbito geopolítico, o conflito se dera nas periferias da própria Eurásia. Enquanto a coalizão sino-russa dominava o interior do território eurásiano, os Estados Unidos entrincheiraram-se no extremo oriente e extremo ocidente da grande massa continental, sendo o bloqueio de Berlim e a guerra na península coreana os primeiros cenários dessa disputa. Nas últimas fases da Guerra Fria, surgira também um *front* austral na disputa. A potência capitalista norte-americana apoiava os rebeldes antissoviéticos no Afeganistão e posicionava grande poderio militar no Golfo Pérsico.

O sucesso da contenção dos EUA contra o bloco Eurasiano se dera, finalmente, por meios não militares, devido ao medo da Destruição Mútua Assegurada. As dimensões essenciais dessa vitória foram a vitalidade política, a flexibilidade ideológica, o dinamismo econômico e o apelo cultural do bloco Ocidental. Além disso, ocorreu a cisão sino-russa, logo

nos primeiros estágios do conflito, enquanto que o bloco ocidental se manteve firme durante todo o período. Se no último havia um sentimento de valores comuns, no primeiro havia a rigidez de uma única visão ortodoxa da ideologia. Esse fato acompanhava o fato de que os aliados americanos eram significativamente mais fracos do que ele, enquanto que a China não aceitava ser tratada como subordinada à União Soviética. O resultado, por fim, se deu pela incapacidade da economia e tecnologia soviética em acompanharem os avanços americanos.

Sendo assim, o golpe final teria se dado com a recuperação econômica da Alemanha e do Japão, ao mesmo tempo que se atraíam crescentemente pelo modelo americano. Do outro lado, o domínio soviético significava para os povos do Leste Europeu isolamento daquele mundo que eles consideravam seu lar filosófico e cultural: a Europa Ocidental e a Civilização Cristã. Havia também nas nações da Europa Oriental um sentimento de serem subjugadas pelos russos, que consideravam como um povo culturalmente inferior. Para além desse cenário na Europa, na China também reascendia a chama anti-russa, considerando o povo eurasiático ao norte como bárbaro e um rival histórico. Dentro da própria União Soviética iniciaram-se os movimentos nacionalistas de contestação ao domínio russo.

4. AS SEMELHANÇAS ENTRE AS TEORIAS DE GEOPOLÍTICA E A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS DURANTE A GUERRA FRIA

Como forma de analisar as possíveis semelhanças ou diferenças entre as Teorias de Geopolítica e a Política Externa dos EUA, nos ocupamos em analisar os argumentos principais de cada um dos documentos de política externa e reunimos os pontos chave comuns a todos eles. Sendo assim, os pontos-chave delimitados nos documentos da política externa norte-americana, por nós estudado, serão confrontado com todas as teorias de geopolítica aqui expostas. Visto que tais documentos já foram descritos em detalhe nos dois capítulos anteriores, o presente se fará mais breve, já que consideramos demasiado exaustivo uma recompilação minuciosa das teses já mencionadas.

São, pois, os principais pontos comuns desses documentos: Defender os valores da democracia e liberdade do indivíduo contra o totalitarismo da União Soviética e sua estratégia de dominação do continente eurasiático; o auxílio dos EUA ao desenvolvimento militar, econômico e moral do mundo livre; a insuficiência da vitória militar, necessidade de reeducar os povos segundo os valores ocidentais para que a União Soviética não se expanda, o que consideram como característica herdeira do Imperialismo Russo; alargar a superioridade militar dos EUA; fortalecimento da Europa Ocidental, especialmente Reino Unido e Alemanha, já que, se o país germânico se tornasse neutro ou aliado da União Soviética, essa teria predominância na Europa, produzindo uma grande catástrofe para a segurança nacional norte-americana; na Ásia, era também necessário investir em defesa e economia, além de integrar tais países às instituições ocidentais; ênfase dada ao Japão, postulando que apenas uma aliança com aquele país seria de interesse dos Estados Unidos, além de um relacionamento com a China que buscasse contrabalancear a influência soviética e, finalmente, a impossibilidade dos Estados Unidos se manterem isolados no Hemisfério Ocidental.

Iniciaremos, então, apontando possíveis paralelos entre esses pontos acima descritos e as teorias geopolíticas previamente revisadas. A primeira e impressionante coincidência vem logo do começo de nossa descrição da teoria mahaniana, em que ele diz que tanto os Estados Unidos quanto o Reino Unido sentiam a ameaça das “hordas bárbaras” provindas da Ásia Central e do Norte, que poderiam se jogar contra a “civilização” tanto na Europa quanto no Pacífico. Esse discurso parece ressoar no sentimento descrito nos documentos de política externa, ao postular a necessidade de se lutar favoravelmente aos ideais ocidentais e contra a “escravidão” e o “totalitarismo” soviéticos nessas regiões do globo. Outro ponto de

convergência entre o supracitado documento e a teoria de Mahan é o fato de que ambos postulam ser necessário defender os valores individuais, da Democracia e da liberdade através do uso da força e que, se é verdade que as leis e instituições internacionais servem para esse propósito, também é verdadeiro que elas devem ser defendidas pelo fortalecimento do poder militar e pelo aumento do intercâmbio comercial entre as nações. Finalmente, quando os documentos postulam a impossibilidade do isolamento americano ao Hemisfério Ocidental, Mahan, já no fim do século XIX, afirmava haver interesse estadunidense em assuntos do além-mar e que não seria surpreendente a necessidade do uso da força em outras regiões, que não a sua, para garantir esses interesses.

Faremos agora um paralelo entre a política externa norte-americana e a teoria geopolítica de Halford Mackinder. A característica básica da teoria mackinderiana, a do *heartland* e seu cerco pelas potências marítimas, parece fazer eco na estratégia delineada nos documentos por nós descritos quando ele recomenda o fortalecimento econômico e militar dos países da Europa Ocidental e da Ásia, sobretudo Japão e Grã-Bretanha. Além disso, da mesma forma que Mackinder afirmava ser uma aliança entre Rússia e Alemanha a maior ameaça para a potência marítima (naquele momento o Reino Unido), os documentos de segurança nacional afirmam ser essa mesma aliança uma grande catástrofe para os Estados Unidos e seus interesses. Outro fator importante, que parece se fazer presente em todo o nosso estudo, é a ideia de civilização *versus* barbárie ou “nossos valores de liberdade” *versus* “os valores deles de escravidão”. Mackinder afirma ser a história da formação dos países europeus uma luta contra os povos bárbaros vindos das estepes asiáticas, assim como a política externa norte-americana do período afirma a necessidade de que os povos do mundo sejam “reeducados” de acordo com os valores ocidentais, para que se impossibilite o retorno de uma ameaça como a da União Soviética.

Quando tratamos da análise geopolítica feita por Isaiah Bowman ao fim da Primeira Guerra Mundial, a primeira coisa que nos chama a atenção é seu para sua ressalva quanto aos problemas trazidos pelos bolcheviques russos e o movimento revolucionário internacional, além das tensões étnicas originadas pelo imperialismo russo. O combate ao “perigo revolucionário internacional” é delineado em todos os documentos, que o descrevem como uma herança desse imperialismo. Outro ponto comum entre a teoria de Bowman e os documentos analisados é a preocupação na reeducação dos povos segundo os valores anglo-ocidentais, para que o poderio técnico dos povos do Ocidente não caíssem nas mãos de povos forasteiros que buscassem destruir o “mundo livre” material e espiritualmente. Bowman fala sobre a preocupação britânica de que a Rússia anexasse mais países europeus após a Guerra e

que, na Ásia, surgia uma lide entre Japão e Rússia sobre o controle da Ásia Central. É possível ver nessa situação uma semelhança com a estratégia oferecida nos documentos de apoio material e bélico à Europa Ocidental e ao Japão para impedir a expansão soviética.

Ao tratarmos da obra de Nicholas Spykman, a primeira coisa que nos chama a atenção é o fato do autor tratar uma possível vitória do Eixo sobre os Aliados como uma “Aliança Eurasiana” que cercaria a Inglaterra e o “Hemisfério Ocidental” objetivando destruir a democracia. Apesar de não tratar, nesse primeiro momento, da União Soviética, o geoestrategista norte americano afirma, no fim de sua obra, que caso a potência socialista assumisse a estratégia alemã, todos os seus postulados teriam vigência também em uma luta contra a URSS. Sendo assim, se evidencia que a estratégia colocada pelos *decision makers* e intelectuais norte-americanos de fortalecimento da Europa e da Ásia contra a União Soviética, além da impossibilidade de isolamento hemisférico, é semelhante àquela descrita por Spykman. Para ele, seria necessário uma Grã-Bretanha forte para que se mantivesse a necessária animosidade entre Alemanha e Rússia, cenário interessante para as pretensões americanas. No mesmo patamar que a aliança anglo-americana, o autor coloca a aliança nipo-americana, ambas necessárias para a estratégia estadunidense na Eurásia. Uma vez mais podemos ver claras similitudes entre esse discurso e as políticas sugeridas nos documentos aqui analisados.

Apesar de haverem algumas diferenças pontuais entre os documentos de política externa, exemplificado na ligeiramente diferente forma de contenção sugerida por Henry Kissinger em face daquela exposta no NSC 68, não podemos notar nenhuma discrepância essencial nos documentos daquele período. Da mesma forma, também não notamos nenhuma mudança radical entre as teorizações geopolíticas, mesmo as mais antigas, como as de Mahan e Mackinder, e a condução da política externa norte-americana durante o período da Guerra Fria. Reforçando nosso argumento no diz Ávila et al. (2011):

De fato, depois da Segunda Guerra, em 1947 e até a queda da União Soviética em 1991, as doutrinas geopolíticas se inscrevem na lógica da chamada Guerra Fria, formando cada potência os pactos militares da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia, caracterizada por estratégias de detente e de confrontação do mundo bipolar criado desde o pós-Guerra entre os dois blocos ideológicos mais poderosos e seus respectivos aliados.¹⁴ (p.468, tradução nossa)

¹⁴ “En efecto, posterior a la segunda guerra en 1947 y hasta el quiebre de la Unión Soviética en 1991, las doctrinas geopolíticas se inscriben en la lógica de la denominada Guerra Fría⁴, formando cada potencia los pactos militares de la Organización del Tratado del Norte OTAN y el Pacto de Varsovia, caracterizada por estrategias de detente y de confrontación del mundo bipolar creado desde la postguerra, entre los dos bloques ideológicos más poderosos y sus aliados respectivos.” (AVILA et al, 2011)

Digno de nota é a insistência do valor estratégico das armas nucleares comum aos documentos analisados da política externa dos Estados Unidos que, por sua vez, não se faz presente em nenhuma das teorias geopolíticas. No entanto, simples é a explicação de tal ausência, que se deve à óbvia impossibilidade cronológica de se falar acerca de tais armas antes mesmo que elas fossem criadas. No mais, a importância desse tipo de armamento poderia se enquadrar na tese spkymaniana de que as potencialidades marítimas e terrestres teriam sido relativizadas frente ao surgimento do poder aéreo.

5. ANÁLISE DAS SEMELHANÇAS À LUZ DO “NEO-EURASIANISMO”

Prosseguiremos agora à parte final de nossa pesquisa, que confirmará ou refutará nossas hipóteses. Para tal, usaremos da análise feita no último capítulo, assim como informações recolhidas em outros trabalhos. Deste modo, nossa pesquisa poderá colher os frutos que plantou ao afirmar debater com as teorias de Eric Hobsbawn (1997), de que a Guerra Fria teria sido causada pela condução de um *Realpolitik* Ideologizado; de Adrian Salbuchi (2005) que afirma ser a Guerra Fria planejada por elites globais para a implantação de uma Nova Ordem Mundial e, finalmente, a que aqui defenderemos, a hipótese de Alexander Dugin (2013), nomeadamente, o “Neo-Eurasianismo”.

Consideramos importante trazer à luz da academia brasileira a supramencionada teoria, devido à importância que ela vem assumindo na política externa da Federação Russa e devido à ascensão desse país nos últimos anos. Segundo Charles Clover (2016), em um artigo para a revista *Foreign Affairs*, o Neo-Eurasianismo é o substrato essencial das ações russas na Geórgia, Ucrânia e Síria ao longo da última década, tanto devido à sua aceitação pela elite política daquele país, quanto pelo seu uso como teoria geopolítica na formação de Oficiais das Forças Armadas. Além disso, Sarah Dixon Klump (2011), em uma análise para o *Wilson Center*, afirma que o estudo do Neo-Eurasianismo não é interessante apenas para compreender a política externa russa, mas também a dinâmica interna daquele país e a influência que essa teoria desfruta em outros movimentos antiocidentais ao redor do mundo.

5.1. O que é Neo-Eurasianismo?

Para responder tal pergunta, nos basearemos nos escritos do mais proeminente teórico dessa escola geopolítica, o sociólogo russo Alexander Dugin e de pesquisadores que já abordaram o tema. É essencial para que iniciemos nossa análise, entender o caráter não apenas cientificista dessa teoria, mas também sociológico e teológico (JOHNSON, 2014). A teoria duginista se baseia, sobretudo, na geopolítica de Mackinder e Haushofer; na análise sociológica de Samuel Huntington e seu “Choque de Civilizações” e na teologia da história de Carl Schmitt. Além disso, bebe também da fonte dos Eurasianistas clássicos (Trubestkoy, Savitsky, Vernadsky, Alekseev, etc) e da antropologia cultural (Franz Boas, Malinowski, Lévi-Strauss, etc) (DUGIN, 2012).

Do ponto de vista geopolítico, Dugin aceita os pressupostos mackinderianos básicos de que a história do mundo gira em torno do *heartland* eurasiático e das potencialidades

globais para quem o controle. Além disso, ele acolhe em sua teoria a hipótese de que uma aliança entre Alemanha e Rússia tornaria a massa Eurasiática uma potência global capaz de superar quaisquer potências marítimas. De Haushofer, ele aceita a ideia de Autarquia e também incorpora em sua teoria o conceito de “Pan-Regiões”, aprimorando-o com o conceito schmittiano de *Grossraum* (Grande Espaço), que divide o mundo em esferas de influência das grandes potências (DUGIN, 2012).

A ideia de “Choque de Civilizações” de Samuel Huntington é incorporada à teoria duginista juntamente com os estudos de antropologia cultural dos já mencionados autores. Sendo assim, ele propõe que não apenas os conflitos do pós-Guerra Fria serão entre diferentes civilizações e visões de mundo, como também que esses conflitos serão de civilizações particulares que ainda se encontram em algum grau do que se tem por “sociedade tradicional”, lutando contra a globalização e os ideais do ocidente liberal moderno. Sendo assim, ele postula que há uma espécie de resistência dessas sociedades a se adequarem ao modelo ocidental devido ao fato de que, como postula a antropologia cultural, não existe uma única forma de desenvolvimento humano, na qual o Ocidente moderno está à frente e os demais estão atrasados, mas diferentes modos de desenvolvimento e adaptação às novas realidades. (DUGIN, 2012)

O geopolitólogo russo também usa de elementos dos chamados “Eurasianistas”, em sua teoria, que postulam ser a Rússia uma Civilização própria, não inteiramente europeia e nem asiática, mas um meio termo entre elas, além de ter na religião Ortodoxa a sua mais proeminente característica cultural. Da teologia da história de Carl Schmitt, ele inclui em sua teoria a tese de que a oposição geopolítica entre potências marítimas e potências terrestres não é apenas algo circunstancial e geográfico, mas também metafísico. Segundo essa teoria, a história universal é a luta entre esses dois polos elementares. Nos diz Schmitt (2007):

Segundo as interpretações medievais dos chamados cabalistas, a história universal é um conflito entre a poderosa baleia, o Leviatã, e um não menos poderoso animal terrestre, o Behemot, ao qual representavam como um touro ou um elefante [...] segundo os cabalistas, o Behemot tenta destruir o Leviatã com seus chifres e suas presas, enquanto que o Leviatã tenta fechar com suas barbatanas o bucho e o focinho do animal terrestre, para impedi-lo de comer e respirar. Tal é, com todo o simbolismo a que se presta uma imagem mítica, a descrição do bloqueio de uma potência terrestre por uma potência marítima, que corta da terra seus meios de sustento para matá-la de fome. Assim se matam reciprocamente as duas potências em conflito.¹⁵ (p.5-6, tradução nossa)

¹⁵ “Según las interpretaciones medievales de los llamados cabalistas, la historia universal es una pugna entre la poderosa ballena, el Leviatán, y un no menos poderoso animal terrestre, el Behemot, al que representaban como un toro o un elefante.[...] según los cabalistas, el Behemot trata de destrozar al Leviatán con cuernos y colmillos, en tanto que el Leviatán cierra con sus aletas las fauces y el hocico del animal terrestre para

Sendo assim, o Neo-Eurasianismo é a escola geopolítica russa que postula que a atual Federação Russa, assim como a antiga União Soviética e o Império Russo, são representantes do *Heartland* mackinderiano e, por isso, a mais forte potência terrestre existente, sendo o seu território e entorno imediato, o palco da luta global com a mais forte potência marítima atual, os Estados Unidos da América. Então, se de um lado a potência marítima representa os ideais ocidentais da liberdade individual, dos direitos humanos, da democracia liberal, etc., a potência terrestre teria representado sempre os valores do coletivismo, da tradição, da hierarquia, etc (DUGIN, 2013).

Aliado a isso, a teoria Neo-Eurasiana postula que a solução para o atual momento unipolar, no qual os Estados Unidos são o *hegemon* e servem de ferramenta para a globalização liberal e a destruição de todas as sociedades não-ocidentais, seria necessário que as diferentes civilizações se unissem em grandes blocos (*Grossraum* – Grandes-Espaços) mais ou menos autárquicos, já que nenhum Estado Nacional isolado teria a capacidade de se contrapor ao *hegemon*. Além disso, Dugin afirma que é necessário para a Rússia conseguir acesso às regiões estratégicas (portos, mares quentes, recursos, etc.), além de impedir a integração dos países na sua zona de influência à OTAN e manter afastado os Estados Unidos da região do *heartland*. (DUGIN, 2012)

5.2. A geopolítica da União Soviética antes da Guerra Fria segundo o Neo-Eurasianismo

Em seu livro “A Geopolítica da Rússia Contemporânea” (2014), Alexander Dugin traça o perfil histórico da geopolítica russa desde o período czarista, passando pela União Soviética, até chegar à Rússia atual. Acreditamos ser importante para o enriquecimento desse trabalho que nos detenhamos brevemente na análise duginista da geopolítica da Rússia Soviética antes do período da Guerra Fria. Faremos aqui então uma breve descrição daquilo que nos relata Dugin nesse livro sobre o período que vai desde a deposição do Czar, em 1917, até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

Sendo assim, o autor relata que durante o governo do último Czar russo, Nicolau II, seu posicionamento geopolítico pessoal era a de aproximação com a França e com a Inglaterra, os quais ele afirma que, naquele período, eram representantes da talassocracia.

impedir que coma y respire. Tal es, con todo el grafismo a que se presta una imagen mítica, la descripción del bloqueo de una potencia terrestre por una potencia marítima, que corta a la tierra sus medios de aprovisionamiento para matarla de hambre. Así se dan recíprocamente muerte las dos potencias en lucha.” (SCHMITT, 2007)

Após o fim da monarquia, Dugin diz que o poder do país ficara dividido em duas esferas: de um lado os deputados da Duma Estatal, que exerciam o poder provisório e, do outro os “Soviets dos Deputados dos Trabalhadores e dos Soldados”. Os primeiros mantinham uma posição geopolítica essencialmente igual àquela do Czar e os segundos, capitaneados pelos bolcheviques, postulavam uma postura pró-alemã e anti-inglesa/francesa.

Essa radical oposição entre os setores políticos resultantes da deposição do Czar teriam se dado, segundo o autor, principalmente, por serem os líderes do Governo Provisório ligados à maçonaria de tendências inglesas e francesas, por serem os bolcheviques apoiados pelo serviço secreto do Kaiser alemão e por manterem vínculos estreitos com os socialdemocratas do país germânico. Desse modo, assim que o Governo Provisório declarou a manutenção da guerra em favor da *Entente*, os Soviets tomaram o poder e declararam que se retirariam da conflagração.

Com o Tratado de Brest-Litovsk, de 1918, os Bolcheviques aceitavam a independência de vários territórios, inclusive da Ucrânia, parte do Cáucaso, da Finlândia (entre outros), ao mesmo tempo que retirava suas tropas dos países bálticos e concedia essa posição para os exércitos alemães. No total, a Rússia perdia naquele momento “780.000 quilômetros quadrados e [...] um terço da população” (p.27). Segundo o autor, essa concessão gigantesca teria sido feita pelos bolcheviques devido à sua inclinação em ter boas relações com os países da região, especialmente a Alemanha e por acreditarem na iminente revolução proletária no país germânico. Dugin (2014) nos resume esse período afirmando que:

Nicolau II, os partidos burgueses e parte da esquerda socialista revolucionária (a maçonaria da Duma) manteve uma inclinação favorável à Entente; conseqüentemente, favorável à talassocracia; os bolcheviques procuraram, conseqüentemente, uma política de união com a Alemanha e outros Estados do centro europeu e ainda com a Turquia; ou seja, surgiram posicionando-se a favor da telurocracia. Este padrão geopolítico providencia-nos com a oportunidade de lançar um olhar completamente novo aos eventos dramáticos ocorridos na História da Rússia entre 1917 – 1918 e predetermina os estágios subseqüentes da era soviética. (p.28-29)

Segundo essa lógica, então, a Guerra Civil irrompe com a tentativa de grupos de oposição aos bolcheviques tomarem o poder e reverterem o Tratado de Brest-Litovsk. Dugin afirma que há também nessa conflagração interna um “sentido geopolítico”, já que os bolcheviques (os “Vermelhos”) representavam esse orientação para a Alemanha, a rejeição da “ordem burguesa” capitaneada pelos países liberal-democratas da Europa e, assim, uma rejeição à própria Entente. O chamado “Movimento Branco”, por outro lado, não tinha um caráter ideológico homogêneo, como os Vermelhos. No entanto, Dugin afirma que o que unia tanto a esquerda revolucionária antimarxista, quanto os monarquistas e a direita burguesa era

o entendimento de que deveria ser mantida uma linha de política externa pró-inglesa e pró-francesa.

Seguindo o relato sobre as tendências geopolíticas das forças combatentes na Guerra Civil Russa, Dugin ressalta dois cenários extremamente simbólicos e interessantes. O primeiro deles é o fato de que os bolcheviques controlavam “as zonas intra-continetais, o espaço do Heartland” e que as tropas do Movimento Branco se encontravam “ao longo da Periferia da Rússia” e “em redor das zonas costeiras” (p.30), de onde elas receberiam apoio financeiro e militar das potências marítimas que as apoiavam. O segundo ponto por ele relatado é o fato de Sir Halford Mackinder ter sido apontado pela Coroa Britânica como “Alto Comissário Britânico para o Sul da Rússia” e enviado ao Leste Europeu. Nesse posto, ele recebeu a missão de apoiar as tropas anti-bolcheviques, envolver os governos anti-russos da Polônia, Bulgária e Romênia na contenda, além de tentar fazer com que os líderes do Movimento Branco aceitassem a criação de Estados independentes na “Bielorrússia, Ucrânia, Yugo-Rússia, [...] Daguestão [...], Armênia, Azerbaijão e Geórgia” (p.32). O autor afirma, então, que Mackinder “via nos bolcheviques as forças da Heartland, que estavam destinadas a adquirir uma forma ideológica comunista ou a ceder essa iniciativa à Alemanha” (p.31).

Não cabe nesta breve revisão acerca do período anterior à Guerra Fria nos aprofundar demasiado nos detalhes da Guerra Civil Russa. No entanto, é mister salientar o seu desfecho: o estabelecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, composta por quase todos os territórios que previamente eram parte do Império Russo. Apesar disso, Dugin argumenta que o mundo delineado pelo Tratado de Versalhes foi uma clara vitória dos planos da “talassocracia”, uma vez que a recém criada União Soviética ainda era um Estado fraco e a Alemanha havia sido impedida de se fortalecer novamente. Ainda segundo Dugin, o principal evento geopolítico do período de Versalhes é a transição da predominância do poder marítimo da Inglaterra para os Estados Unidos, encabeçada, sobretudo, pela influência de Woodrow Wilson e pela criação do *Council on Foreign Relations*, sob a liderança de Isaiah Bowman e com grande influência de Halford Mackinder.

Uma vez passada a Guerra Civil, a reorganização do Estado teria começado de forma também revolucionária, mas logo retornado a métodos muito parecidos com o período czarista. Segundo o autor, enquanto que num primeiro momento os bolcheviques não se mostravam preocupados com as demandas das minorias étnicas espalhadas pelo território, num segundo, o impulso centralizador tomou conta das estruturas de poder e logo foi concentrado quase que exclusivamente na Rússia. Da mesma forma, os ideais marxistas da revolução mundial e do internacionalismo teriam prevalecido no início da organização do

Estado, tendo Lenin, Trotsky e inclusive Stalin concordado que a construção do socialismo num só Estado era apenas um passo insuficiente para a Revolução e que seria necessário colocá-la em marcha também em outros países. Da mesma forma que aconteceu com o poder central, também no quesito da política externa houve uma mudança brusca. Com a ascensão de Stalin “ “a construção do socialismo num só país” torna-se num axioma da política soviética” (p.42). Dugin afirma que

A política da construção do socialismo num só país e o crescimento do patriotismo soviético foram essencialmente o estágio seguinte da soberania continental da construção do império. Não é por acaso que testemunhamos nos anos 30, quando Stalin fortaleceu sua autoridade, uma distinta impressão de tendências precisamente monárquicas, que constituem a peculiaridade do Leste russo [...], da ideologia moscovita e o eixo motor da construção de um império russo [...]. Stalin transforma-se, para efeitos práticos, num “czar russo” [...]. Nessa sua nova fase histórica a URSS permanece e desenvolve a uma escala nunca vista os processos geopolíticos de uma civilização terrestre, criando o Estado da Grande Turan. A substância grã-continental eurasiática oculta-se sob formas socialistas. (p.34-44)

Sendo assim, quando estoura a Segunda Guerra Mundial (“Grande Guerra Patriótica”, para os russos), há duas tendências tanto dentro da União Soviética quanto da Alemanha Nazista: de um lado os que postulam por uma aliança entre as duas potências contra o Ocidente capitalista e de outro os que postulam a animosidade entre os dois países. Segundo o autor, na Alemanha os proponentes de tal estratégia iam desde os nacionalistas de esquerda (“Nacional-Bolcheviques”), passando pelos Comunistas que restavam, até o geopolitólogo Karl Haushofer e seu círculo. Já na União Soviética, aderiam à esse ideia oficiais influentes das Forças Armadas dentro do GRU (“*Glavnoye razvedyvatel'noye upravleniye*” ou “Diretório Central de Inteligência”) e os círculos de intelectuais Eurasianos que restavam no país (DUGIN, 2013).

A Aliança não teria ocorrido devido à preponderância dos setores anti-russos, racistas, antissemitas e anticomunistas na Alemanha (sendo também essa a visão pessoal de Hitler) e também pela megalomania do ditador Alemão. Pelo lado soviético, o acordo teria sido dificultado pela crença pessoal de Stalin na teoria marxista e no internacionalismo, além da influência de esferas anti-alemãs em seu governo. Com esse cenário político e, tendo o *Führer* ordenado a invasão e destruição da União Soviética, o país comunista se viu numa situação em que seria necessária a aliança com as potências capitalistas. Segundo Dugin, mais uma vez esse foi o pior cenário para as forças da “telurocracia”, já que os dois mais fortes Estados terrestres iriam destruir-se mutuamente e, em posição de vantagem, ficariam, novamente, as potências marítimas. A ocupação da metade da Europa e a repartição da Alemanha entre as

potências capitalistas e a potência socialista teria sido, então, um meio de garantir o equilíbrio geopolítico global entre a “talassocracia” anglo-americana e a “telurocracia” soviética.

5.3.O Neo-Eurasianismo e a Guerra Fria

Uma vez esclarecido no que se constitui o fenômeno dessa nova teoria geopolítica russa e sua visão da geopolítica da União Soviética até o fim da Segunda Guerra Mundial, deixaremos de lado suas aplicações nesses momentos, que não são o foco do atual estudo, e nos voltaremos para aquilo que ela diz acerca do período da Guerra Fria. Nessa última etapa do corpo do nosso trabalho, analisaremos alguns dos postulados propostos pela teoria Neo-Eurasiana acerca daquilo que analisamos no presente trabalho, fundamentalmente, a hipótese duginista de que a geopolítica é uma espécie de “motor” da história e que, durante a Guerra Fria, foram as proposições geopolíticas a principal causa do embate entre as duas superpotências. Segundo Dugin (2014),

O significado geopolítico permanece na sua totalidade como invariável em todas as fases subsequentes da História russa: desde o czarismo moscovita passando pelos Romanov, a Rússia de S. Petersburgo e a União Soviética até à atual Federação Russa. Dos séculos XV a XXI a Rússia permanece como o polo planetário da “civilização da Terra”, a Roma *continental*. (p.15)

Também colocaremos em xeque a hipótese de que os sistemas de valores das potências terrestres (telurocracias) e marítimas (talassocracias) são essencialmente opostas e conflitantes. Além disso, perscrutaremos a hipótese duginista de que a política externa americana naquele período seria a de cercar o *heartland* mackinderiano.

Ao primeiro questionamento por nós proposto, faremos lembrar a postura dos geopolíticos anglo-saxões, desde Mahan, que propunha a superioridade do poder marítimo sobre o poder terrestre e seus “pequenos interesses”, além de identificar na posição insular dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, dotando-lhes um quase-determinismo geográfico relegado à missão do desenvolvimento de sociedades marítimas e comerciais; passando por Mackinder, que confere às diversas invasões bárbaras eurásianas a causa do desenvolvimento das nações europeias e às Grandes Navegações uma resposta marítima europeia com objetivo de cercar as planícies da eurásia, além de colocar a Grã-Bretanha, a África do Sul, a Austrália, os Estados Unidos, o Canadá e o Japão como cercos marítimos à Eurásia (especialmente à Rússia); passando também por Bowman, que via no embate entre Rússia e Grã-Bretanha e Rússia e Japão uma tentativa de controlar territórios estratégicos e prevenir a expansão e hegemonia de

uns ou de outros; até Spykman, com sua ideia inicial de que governantes passam, mas a geografia é constante, como também o são seus problemas e potencialidades, além de basear toda sua teoria na ideia de que, ou as potências marítimas cercam a Eurásia, impedindo sua integração pela Europa e pelo Pacífico, ou a Eurásia cerca o Novo Mundo, furtando aos Estados Unidos até o predomínio sobre o continente americano.

Uma vez trazidos novamente à tona todos esses princípios defendidos pelos principais geoestrategistas do mundo anglo-saxão, fazemos lembrar também o fato por nós descrito no capítulo anterior, de que a política externa norte-americana durante a Guerra Fria, no que diz respeito às alianças geopolíticas e estratégias territoriais, trazem, realmente, muitas semelhanças com as teorias geopolíticas daquele país e do Reino Unido. Sendo assim, parece razoável atestar que a teoria duginista que afirma que a geopolítica foi a principal causa da Guerra Fria é, no mínimo, defensável, dado que seus congêneres anglo-saxões parecem acreditar também numa certa imutabilidade das condições geográficas como condutoras da política externa. Se os geopolitólogos em ambos os lados parecem concordar com essa hipótese, parece que concordam também os *decision makers* e intelectuais da Política Externa norte-americana daquele período, uma vez que eles aparentam ter seguido essas recomendações.

A segunda afirmação neo-eurasiana que por nós será colocada à prova, é a que afirma serem os valores das potências terrestres e marítimas contrários e conflitantes. Em sua teoria, Mahan insiste em falar da excepcionalidade dos valores anglo-saxões: a liberdade individual, o primado do direito e o pacifismo comercialista, que estariam sobre ameaça da barbárie vinda, sobretudo, da Ásia; Sir Halford Mackinder não é menos explícito em suas considerações acerca da moral comum do Ocidente, afirmando ter ele se unido como defesa às “invasões bárbaras”, dizendo que uma grande potência asiática ameaçaria a “liberdade” do Ocidente, além de traçar a diferença da civilização europeia e russa desde sua colonização, um lado por romanos e outro por gregos, respectivamente. Isaiah Bowman não fica atrás quando aponta diferenças morais. Ele alerta sobre o perigo bolchevique que tentava destruir as democracias ocidentais, além do seu medo de que a tecnologia do mundo ocidental e os recursos naturais que possibilitavam o seu desenvolvimento acabassem por cair nas mãos de “homens inescrupulosos que tentariam destruir a liberdade política e religiosa do Ocidente” (BOWMAN, 1921). Spykman, apesar de tratar menos desse assunto do que seus análogos, também fala de uma tentativa da Alemanha e União Soviética de destruir as democracias ocidentais, além de postular a necessidade de se desenvolverem instituições e regimes internacionais baseados nos valores anglo-americanos.

Além disso, é importante ressaltar aqui a postura da política externa dos Estados Unidos sobre esse assunto para o período da Guerra Fria. Segundo eles, era essencial que os Estados Unidos defendessem o “mundo livre”, os valores da democracia liberal, da liberdade individual, do livre comércio e da tolerância, contra a “escravidão” soviética, o totalitarismo, o nacionalismo e o conservadorismo (que se acreditava revolucionário), que eram todos herdeiros de períodos anteriores da história russa. Além disso, era necessário ampliar esses valores para os quatro cantos do globo e reeducar as mentes de outros povos para que fosse neutralizado o perigo do surgimento de outro Estado que contestasse esses “valores eternos”.

Sendo assim, podemos dizer que não há material suficiente para assegurar a veracidade do postulado neo-eurasiano acerca de uma oposição essencial entre os valores das potências talassocráticas e telurocráticas. No entanto, é possível afirmar que uma oposição valorativa ocorreu durante o período da Guerra Fria e, segundo postulam os geopolíticos e formuladores de política externa norte-americana, ocorreu também em períodos anteriores. Apesar de ter ocorrido essa oposição moral durante o período da Guerra Fria e em tempos anteriores, não parece haver bases sólidas para afirmar que elas sejam causadas pelas diferentes realidades geográficas de cada país.

A última afirmação por nós levantada acerca da veracidade do postulado neo-eurasiano quanto à tentativa dos Estados Unidos em cercar o *heartland* durante a Guerra Fria levará em conta também o que aquiesceram as teorias geopolíticas e os documentos de política externa norte-americanos. Primeiramente, é importante ressaltar que apesar do termo ainda não ter sido cunhado quando dos escritos do Almirante Mahan, ele já falava da necessidade de fazer do Oceano Pacífico um posto avançado das potências marítimas contra a “barbárie” asiática. Além disso, ela fala também da possível necessidade futura de que os povos continentais europeus se unissem contra uma ameaça à civilização ocidental. Mackinder, como fundador da tese geopolítica do *heartland* o faz explicitamente de modo a delinear a estratégia do Reino Unido em cercar a Rússia por mar e não deixar com que ela se tornasse demasiado forte.

Isaiah Bowman, por sua vez, fala abertamente sobre o interesse da Grã-Bretanha em desmembrar a Rússia desde suas extremidades europeias (Bielorrússia, Ucrânia, Polônia, Romênia e países bálticos), passando pelo embate entre as duas potências ao sul, na região da Ásia central pelo controle do Turcomenistão e do Azerbaijão até a Geórgia, que queria sua independência e era apoiada pelo Reino Unido. Além desse fato, falava-se também do cerco à Oriente pelo Japão, que buscava contrabalancear a Rússia naquela região e impedi-la de tomar controle da China e da Coreia. Nicholas Spykman não poderia ser mais claro. Afirma ser

fundamental para que os Estados Unidos conquistassem poder ao fim da Segunda Guerra Mundial, que ou as potências marítimas cercam a Eurásia pelo Pacífico, em aliança com o Japão, e pela Europa, impedindo a união das potências terrestres daquele continente; ou seria a grande potência Eurasiana a abraçar territorialmente a potência insular do Novo Mundo e furtar-lhe seu poderio.

Quando analisamos a mesma pergunta pela ótica da política externa norte americana daquele período, chegaremos a praticamente os mesmos resultados descritos no parágrafo anterior, uma vez que, como já demonstrado, elas parecem ter seguido os postulados geopolíticos dos autores aqui estudados. O NSC 68 fala sobre a necessidade de fortalecer militar e economicamente a Europa e a Ásia, em especial a Grã-Bretanha, a Alemanha e o Japão, para dissuadir uma expansão soviética. Henry Kissinger fala longamente acerca da necessidade de manter relações especiais com o Reino Unido, mas de buscar também aliados em outras nações, inclusive apoiando os programas nucleares da Ilha de Albion e da França, além de simpatizar com a união da Europa como bloco. Além disso, ele fala da necessidade de alterar a balança de poder na Europa Oriental e na China em desfavor da União Soviética, além de ver no Japão a peça chave para a política norte-americana no pacífico. Zbigniew Brzezinski postula basicamente a mesma coisa que seu congênere supracitado, o fortalecimento dos aliados na Ásia e Europa através do seu desenvolvimento tecnológico nos moldes norte-americanos; fazer com que a Europa Oriental rompesse com a URSS em prol do Ocidente e fomentar a cisão sino-soviética. O próprio Brzezinski (1997) nos diz que,

Em alguns aspectos, a contenda entre os Estados Unidos e a União Soviética representou a realização das teorias mais apaixonadas dos geopolitólogos: Ela colocou em confronto a potência marítima mais forte do mundo, dominante tanto sobre o Oceano Atlântico quanto sobre o Oceano Pacífico, contra a mais poderosa potência terrestre do mundo, soberana no heartland eurasiático [...] A dimensão geopolítica não poderia ter sido mais clara. A América do Norte contra a Eurásia, com o mundo em jogo.¹⁶ (p.6)

Desse modo, havendo uma clara convergência entre as teorias geopolíticas e a política externa norte-americana, sendo inclusive atestado por um dos grandes intelectuais que formularam essa política naquela época, pode-se afirmar que os Estados Unidos buscavam

¹⁶ “In some respects, the contest between the United States and the Soviet Union represented the fulfillment of the geopoliticians’ fondest theories: it pitted the world’s leading maritime power, dominant over both the Atlantic and the Pacific Oceans, against the world’s leading land power, paramount on the Eurasian heartland [...] The geopolitical dimension could not have been clearer: North America versus Eurasia, with the world at stake.” (BRZEZINSKI, 1997)

realmente um cercamento à União Soviética e ao *heartland*. Sendo assim, esse postulado da teoria duginista parece ser não apenas defensável, como acertado.

5.4. A Tese do Realpolitik ideologizado e a Tese da Bipolaridade como meio para a implantação de um governo global

Por fim, discutiremos as outras duas visões acerca dos motivos da Guerra Fria que nos propusemos a discutir. A primeira delas, defendida pelo historiador inglês Eric Hobsbawn, afirma que a Guerra Fria teria ocorrido devido aos anseios do poderoso Estados Unidos da América em se consolidar como potência global e impedir o avanço do seu rival socialista sobre sua área de influência, enquanto que uma fragilizada União Soviética buscava apenas reter o poderio já alcançado até então. Segundo essa visão, a ideologização do conflito teria se dado apenas como justificativa interna daqueles países para desempenhar as ações necessárias para os seus fins. A segunda visão, postulada pelo analista político argentino Adrian Salbuchi, afirma que a Guerra Fria teria sido implementada por elites globais como forma de dar tempo para que as instituições anglo-americanas se universalizassem e, uma vez que esse objetivo fosse atingido, a bipolaridade seria diluída e se instauraria um Governo Mundial. Para tal, afirma Salbuchi, essa elite globalista teria facilitado o fortalecimento da União Soviética e inclusive possibilitado o desenvolvimento de armamento nuclear por aquele país para consolidar esse *interregno*, como etapa necessária para a consecução de seus planos.

Segundo o que estudamos até aqui, apesar da União Soviética estar mais fragilizada após a Segunda Guerra Mundial do que os Estados Unidos e nunca ter conseguido atingir o grau de desenvolvimento que seu adversário americano, seria equivocado afirmar que aquele país buscasse apenas consolidar sua posição. Segundo todos os documentos de política externa norte-americana que vimos no decorrer dessa pesquisa, a União Soviética não apenas buscava ampliar sua área de influência, como acreditava na inevitabilidade de sua vitória global. Além disso, ao contrário do que afirma Hobsbawn, os documentos por nós analisados têm insistido em atestar que a Elite Soviética acreditava piamente no seu caráter revolucionário e partia dos pressupostos delimitados pela teoria marxista para influenciar a política global e interferir na política interna de outros países de forma a possibilitar que houvessem revoluções marxistas naquelas nações. Sendo assim, nos parece que essa hipótese não se justifica frente à realidade dos fatos e segundo o relato dos atores daquele período histórico. É possível que Hobsbawn, devido à sua filiação ideológica ao Marxismo tenha tentado justificar a falha histórica dessa ideologia, privando o Estado Soviético de ter sido um

legítimo proponente da mesma. No entanto, essa tese não passa de mera especulação e não deve ser interpretada pelo leitor como uma conclusão retirada da crítica previamente feita à tese hobsbawniana da Guerra Fria.

Assim como a hipótese de Hobsbawn, a teoria proposta por Adrian Salbuchi também não pôde ser verificada ao longo desse estudo. Apesar de Dugin (2014) atestar em algumas passagens de sua obra “A Geopolítica da Rússia Contemporânea” que houveram conluios entre a elite norte-americana, chefiada, sobretudo, por *think tanks* como o Clube de Roma, o *Council on Foreign Relations* e a Comissão Trilateral, e a elite soviética dos anos do ocaso da potência socialista, não se pôde verificar em momentos anteriores que esse tivesse sido o caso. Tampouco constatamos nas teorias de geopolítica ou nos documentos de política externa americana que houvessem quaisquer tentativas de facilitar o fortalecimento da União Soviética para fins de instituir um governo global. Henry Kissinger chega inclusive a criticar a forma com que foi conduzida a política do pós-Segunda Guerra, devido a ela ter possibilitado um rápido fortalecimento da União Soviética. Sendo Kissinger Membro importante tanto do *Council on Foreign Relations*, quanto da Comissão Trilateral e do Clube de Roma, é no mínimo curioso que ele tenha criticado as decisões que supostamente foram tomadas nessas instâncias. Além disso, muito rapidamente Spykman trata em sua obra sobre a possibilidade de se instituir um Governo Global anglo-americano após o fim da Segunda Guerra Mundial, mas o próprio autor desconsidera essa hipótese por motivo de impraticabilidade. Sendo assim, parece carente de solidez e desprovido de realismo afirmar que a Guerra Fria tenha sido gestada por baixo dos panos por uma suposta elite globalista com a finalidade de instituir um Governo Mundial.

Tendo feito uma análise minuciosa das teorias de geopolítica anglo-saxônicas; revisando com certo detalhamento a política externa norte-americana para o período da Guerra Fria e comparado ambos; após passar por escrutínio as três hipóteses que propusemos no início de nossa pesquisa, sendo uma defendida por nós e duas por nós criticadas, acreditamos estar em condições de prosseguir à conclusão de nosso trabalho.

6. CONCLUSÃO

Conforme inicialmente proposto por nós, desde o projeto de nossa pesquisa, até a Introdução da mesma, cremos estar em condições de finalizar esse árduo projeto e delinear as conclusões por nós obtidas nesse trabalho. Além disso, cabe ressaltar mais uma vez a importância que colocamos no estudo da presente análise para o enriquecimento do estudo acadêmico brasileiro e seu valor científico, devido (1) à importância do tema “Relação Estados Unidos–Rússia” em nosso atual momento histórico (2) pela metodologia por nós utilizada e pela riqueza das fontes aqui consultadas.

Sendo assim, após passarmos pela revisão das teorias de geopolítica anglo-saxônicas no segundo capítulo; pela revisão dos documentos de política externa e escritos de intelectuais e *decision makers* norte-americanos no terceiro capítulo; tendo comparado os dois primeiros capítulos em busca de semelhanças entre a teoria e a prática – e muitas semelhanças encontramos! – no quarto capítulo e, finalizando por analisar e esclarecer os fundamentos teóricos da tese geopolítica do Neo-Eurasianismo, assim como criticado as teorias de Hobsbawn e Salbuchi acerca da Guerra Fria, no quinto capítulo, podemos afirmar que cumprimos com os objetivos propostos, que nossa pesquisa está completa e rica em conclusões.

Das hipóteses iniciais que nos propusemos a verificar, nomeadamente, o Neo-Eurasianismo, o *Realpolitik* Ideologizado e a Bipolaridade como Meio para a Implantação de um Governo Global, podemos agora concluir que as duas últimas não se verificam em seus fundamentos quando fazemos um estudo comparado entre as teorias geopolíticas anglo-saxônicas e a política externa norte-americana durante a Guerra Fria. Ambas as hipóteses carecem de concretude em suas bases argumentativas e podem ser sustentadas apenas de modo muito marginal e especulativo. Quanto à hipótese neo-eurasiana capitaneada por Alexander Dugin, concluimos ser defensável e ter sólidos fundamentos não apenas teóricos, como também reais, uma vez que se constatam muitas das suas afirmações tanto em fontes primárias quanto em fontes secundárias. No entanto, não é possível afirmar categoricamente sua veracidade apenas com o presente estudo, visto que um tema com a complexidade da análise de política externa não pode ter uma palavra final com a análise apenas de um dos seus aspectos.

Desse modo, acreditamos ainda ser necessária exaustiva pesquisa acerca das causas da Guerra Fria, levando em conta não apenas uma comparação entre teorias de geopolítica e a política externa dos Estados Unidos naquele período, como também um aprofundamento nas

questões de caráter econômico, nas influências pessoais dos intelectuais e *decision makers* daquele governo, além de uma verificação das pressões internas nos Estados Unidos, tema sem o qual não é possível entender de maneira holista a política externa de um país e todas as suas peculiaridades. Fazemos coro com Klump (2011) quando afirmarmos que se faz mister nesse momento histórico que a academia brasileira e internacional se dedique a demorado estudo sobre o fenômeno do Neo-Eurasianismo enquanto base teórica da política externa e doméstica da Federação Russa, além de sua influência em movimentos anti-sistêmicos ao redor do globo.

Nesse sentido, acreditamos, pois, ter respondido de forma muito específica à nossa pergunta original: há semelhanças entre a política externa norte americana no período da Guerra Fria e as teorias geopolíticas anglo-saxônicas? A resposta, então, não apenas é afirmativa, como é também deveras contundente, os postulados geopolíticos são praticamente os mesmos da prática da política externa dos EUA para com a União Soviética, não havendo nenhuma mudança essencial entre os primeiros e os últimos.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **A Geopolítica da Dependência como estratégia brasileira de inserção no Sistema Internacional**. Oikos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.67-83, jan. 2010.

ÁVILA, Nelson et al. Geopolítica contemporânea desde la postsegunda guerra. **Revista de Ciencias Sociales**, Maracaibo, v.XVII , n. 3, p.463-472, set. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/280/28022767007.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e Política Exterior Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: Funag, 2009. 128 p.

BOWMAN, Isaiah. **The New World: Problems in Political Geography**. New York: World Book Company, 1921. 632 p.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Between Two Ages: America's Role in Technetronic Era**. New York: The Viking Press, 1970. 123 p.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives**. New York: Basic Books, 1997. 240 p.

CLOVER, Charles. **The Unlikely Origins of Russia's Manifest Destiny: How an obscure academic and a marginalized philosopher captured the minds of the Kremlin and helped forge the new Russian nationalism..** 2016. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2016/07/27/geopolitics-russia-mackinder-eurasia-heartland-dugin-ukraine-urasianism-manifest-destiny-putin/?wp_login_redirect=0>. Acesso em: 21 Out. 2016.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010. 349 p.

E, Paul; DAVIS, John; TUFTS, Robert. **NSC 68: United States Objectives and Programs for National Security**. 1950. Disponível em: <<http://fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

DUGIN, Aleksandr. **A Geopolítica da Rússia Contemporânea**. São Paulo: Versila, 2014b. 164 p.

DUGIN, Alexander. **Geopolítica do Mundo Multipolar**. Curitiba: Austral, 2012. 232 p.

DUGIN, Aleksandr. **O Caminho Crimeano**. 2014a. Disponível em: <<http://legio-victrix.blogspot.com.br/2014/05/aleksandr-dugin-o-caminho-crimeano.html>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

DUGIN, Alexander. **The Great War of Continents**. 2013. Disponível em: <<https://openrevolt.info/2013/02/03/alexander-dugin-the-great-war-of-continents/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

FUKUYAMA, Francis. **The End Of History and the Last Man**. New York: The Free Press, 1992. 418 p.

HAGE, José Alexandre Alahyde; FERNANDES, Lucas de Marco. Alguns aspectos conceituais da geopolítica: breve investigação entre o clássico e o moderno no pensamento geopolítico. **Meridiano 47 - Journal Of Global Studies**, [s.l.], v. 17, p.1-10, 29 mar. 2016. Instituto Brasileiro de Relacoes Internacionais. <<http://dx.doi.org/10.20889/m47e17006>>

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 598 p.

KENNAN, George. **The Sources of Soviet Conduct**. Foreign Affairs, New York, v. 26, n. 1, p.1-10, jul. 1947. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

JOHNSON, Matthew Raphael. **Russian Nationalism and Eurasianism: The Ideology of Russian Regional Power and the Rejection of Western Values**. 2014. Disponível em: <<https://syncreticstudies.com/2014/08/02/russian-nationalism-and-eurasianism-the-ideology-of-russian-regional-power-and-the-rejection-of-western-values/>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

KISSINGER, Henry. **White House Years: 1968-1972**. New York: Simon & Schuster, 2011. 1552 p.

KLUMP, Sarah Dixon. **Russian Eurasianism: An Ideology of Empire**. 2011. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/publication/russian-eurasianism-ideology-empire>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

MACKINDER, Halford John. The Geographical Pivot of History. **The Geographical Journal**, London, v. 23, n. 4, p.421-437, abr. 1904.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Interest of America in Sea Power: Present and Future**. London: Sampson Low, Marston & Company, Limited., 1897. 119 p.

SALBUCHI, Adrian. **Bienvenidos a la Jungla: Dominio y supervivencia en el Nuevo Orden Mundial**. Córdoba: Anábasis, 2005. 252 p.

SALBUCHI, Adrian. **El Cerebro del Mundo: De la Globalización al Gobierno Mundial**. 5. ed. Córdoba: Ediciones del Copista, 2010. 540 p.

SCHMITT, Carl. **Tierra y Mar**. Madrid: Editorial Trotta, 2007. 112 p.

SPYKMAN, Nicholas J.. Geography and Foreign Policy, I. **American Political Science Review**, [s.l.], v. 32, n. 01, p.28-50, fev. 1938. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.2307/1949029>.

SPYKMAN, Nicholas John. **America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2007. 500 p.

WELLS, Samuel F.. Sounding the Tocsin: NSC 68 and the Soviet Threat. **International Security**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.116-158, 1979. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/2626746>.